

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Tratado de
S. 9 (c)
3534

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

“EU VÔ TÊ VERGONHA, PRA QUÊ?”.

**Empobrecimento e Assistencialismo: um estudo
sobre o centro espírita “*Missionários da Luz*” em
Uberlândia.**

Mariana Camin Samora

3534
S. 9 (c)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Desenvolvimento da Pesquisa em
História - CDEH
Campus Pampulha - 38400-902 Uberlândia - Minas Gerais
Av. Universitária s/nº
Cep: 38400-902 - Uberlândia - M. G. - Brazil

Mariana Camin Samora

“EU VÔ TÊ VERGONHA, PRA QUÊ?”.

**Empobrecimento e Assistencialismo: um estudo
sobre o centro espírita “*Missionários da Luz*” em
Uberlândia.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Paulo Roberto de Almeida.

Uberlândia, Agosto de 2007.

Mariana Camin Samora

“EU VÔ TÊ VERGONHA, PRA QUÊ?”.

**Empobrecimento e Assistencialismo: um estudo
sobre o centro espírita “*Missionários da Luz*” em
Uberlândia.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida – Orientador.

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

Doutoranda Sheille Batista.

***“A terra virgem dos pobres dá mantimento em abundância, mas a falta de justiça o
dissipa”.***

(PROV. 13,23).

AGRADECIMENTOS

No decorrer desta pesquisa, muitos foram aqueles que acreditaram no meu trabalho e que a mim dedicaram todo o estímulo, a confiança e a colaboração para que eu pudesse crescer tanto como pessoa quanto profissionalmente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, **José Antônio e Maria Bernardete**, que com todos os seus ensinamentos, amor e carinho contribuíram, significativamente, para a formação do meu caráter e para a conclusão deste trabalho. A eles dedico, não somente, esta conquista como também os melhores anos de minha vida.

A minha irmã, **Marília**, um muito obrigado pela amizade e pelo companheirismo ofertado ao longo destes anos.

Ao **Tiago**, a quem não poderia deixar de mencionar, agradeço o companheirismo, a cumplicidade, os ensinamentos e o carinho dedicado durante todos os momentos que passamos juntos. A ele consagro este trabalho e o simples fato de ter concluído o curso de História; tenho certeza que ele sabe o quanto sua presença, força e confiança foram importantes para mim, principalmente, nos momentos em que pensei desistir de tudo.

Aos amigos, **Lucas e Jonalvo**, agradeço pela amizade e pelas horas de companhia agradável dedicada ao longo da minha graduação. Sem sombra de dúvida, pessoas especiais com as quais tive o prazer de conviver durante estes cinco anos e que guardarei no coração como grandes exemplos a seguir.

A **Paulo Roberto de Almeida**, meu orientador e amigo, eu agradeço por todo o cuidado, a rigorosidade, a compreensão e a confiança dedicados ao longo da elaboração deste trabalho. Um grande professor, referência de integridade intelectual e caráter, que com toda a sua simplicidade me apoiou e incentivou na construção de um trabalho sério; sinceramente, espero que esta parceria possa se estender por muitos outros projetos.

RESUMO

Este trabalho propõe investigar os principais aspectos que envolvem os projetos assistenciais tão em voga nos dias de hoje, bem como, analisar a participação e as relações estabelecidas entre os diversos elementos (lê-se sujeitos sociais) envolvidos nesta trama: sejam eles contribuintes, sejam eles receptores.

Meu intuito principal foi o de, basicamente, tentar delimitar o momento e os motivos que tornaram possível a existência destes projetos sociais, isto é, traçar um diagnóstico histórico destes episódios – como surgiram e com que intuito; buscar avaliar o perfil das personagens envolvidas nesta trama – sejam eles doadores diretos e indiretos, sejam as famílias beneficiadas com tais ações; bem como, levantar os principais aspectos que permeiam a própria doação das cestas – questão da origem, regularidade, analisando o papel dos intermediários (doadores) e o que os move nesta ação; além de avaliar a influência das questões de fundo moral, valores pessoais, princípios e dogmas religiosos, isto é, saber como convivem (e se, necessariamente, convivem) no interior destes projetos assistenciais os princípios de responsabilidade social e de caridade.

Palavras-chaves: Assistencialismo, Responsabilidade social e Caridade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
--------------	---

Capítulo I

“PELA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO”: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES NA CIDADE DE UBERLÂNDIA.	19
---	----

Capítulo II

“FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO”: PRÁTICAS ASSISTENCIAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL.	36
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
----------------------	----

FONTES PESQUISADAS	65
--------------------	----

BIBLIOGRAFIA	67
--------------	----

APRESENTAÇÃO

Há muito tempo, venho pensando na necessidade de levantar algumas questões que, a meu ver, são essenciais para compreensão do mundo em que vivemos, em particular, da cidade em que estamos inseridos.

Diariamente, me inquieta a espantosa naturalidade com que determinadas pessoas encaram os problemas de ordem social que rondam, praticamente, todas as cidades brasileiras. É, simplesmente, normal nos depararmos com crianças, jovens, adultos, idosos, passando fome, sem ter onde dormir e morar, pedindo dinheiro nos semáforos, roubando, matando, se marginalizando; enfim, tendo que se sujeitar a todo tipo de situações humilhantes, desagradáveis, inescrupulosas e imorais para sobreviver.

Ao mesmo tempo, que me preocupa esta situação caótica, me interessa também compreender o porquê de tamanha incidência de projetos assistencialistas que emergiram de uns tempos pra cá, bem como, destacar a possível relação existente entre o surgimento destes projetos – cujo objetivo principal é ajudar os mais necessitados – e a realidade degradante que vislumbramos em cada canto de nossa cidade.

De maneira geral, os desdobramentos e as questões levantadas no decorrer deste trabalho constituem algumas das muitas inquietações que permeiam o cenário da sociedade em que estamos inseridos – em específico, da cidade de Uberlândia.

No meu caso, em particular, talvez seja mais viável trazer à tona algumas destas indagações, justamente, pelo fato de que convivo há alguns anos com esta prática assistencial dentro da minha própria casa; minha mãe e alguns outros colaboradores, todos vinculados à casa espírita “*Missionários da Luz*”, vem desenvolvendo este trabalho de auxílio aos mais necessitados por meio da doação de cestas básicas.

Posso dizer que é, justamente, pelo fato de “conviver” com esta prática, por estar mais familiarizada com este cotidiano e esta luta diária dos colaboradores em querer auxiliar ou, como mesmo dizem, em querer “assistir” estas famílias necessitadas é que proponho levantar alguns aspectos que julgo ser importante na compreensão destes trabalhos de “*peregrinação*”, ou seja, buscar evidências e elementos no interior desta rede assistencial que me permitam pensar e refletir acerca da minha proposta e temática de pesquisa.

Embora já estivesse “familiarizada” com o assunto, tudo o que eu sabia a respeito deste projeto assistencial era insuficiente frente à proposta que visava desenvolver. Era preciso, pois, correr atrás de outras respostas e de esclarecimentos para que, de maneira geral, eu conseguisse encarar este projeto livre de qualquer conhecimento prévio; em outras palavras, “pré-conceitos” que foram sendo construídos a partir de deduções superficiais tão difundidas, ainda hoje, no senso comum.

Assim sendo, decidida a tornar viável meu estudo, parti em busca de evidências que me permitisse problematizar e analisar, de forma mais ampla, todas as etapas deste processo, todas as transformações advindas deste trabalho assistencial, bem como, a percepção das políticas públicas com relação ao assistencialismo – procurando enxergar se as ações governamentais caminham em consonância com estes projetos particulares ou se estão destinadas a simples acomodação. Dentro deste contexto, julguei ser necessário confrontar algumas destas questões com depoimentos obtidos, diretamente, junto aos principais envolvidos neste trabalho assistencial: os colaboradores e as famílias assistidas pelo centro espírita “*Missionários da Luz*”.

A meu ver, torna-se importante compreender esta realidade que se mostra, ao mesmo tempo, tão intrigante e ambígua. De um lado, uma sociedade excludente e cada vez mais desigual; de outro, uma série de indivíduos que se vêem “compromissados” em auxiliar estas famílias menos favorecidas.

O que, na verdade, move estas pessoas? Aonde desejam chegar? Há algum objetivo particular por trás de suas ações ou estamos lidando apenas com questões de fundo social? O que faz, na prática, com que estes movimentos assistenciais atinjam tamanhas proporções e como são encarados estes projetos pelas famílias beneficiadas e pelo poder público?

Meu intuito é, portanto, tentar delimitar o momento e os motivos que tornaram possível a existência destes projetos sociais, isto é, traçar um diagnóstico histórico destes episódios – como surgiram e com que intuito – para, posteriormente, avaliar o perfil das personagens envolvidas nesta trama – sejam eles doadores diretos e indiretos, sejam as famílias beneficiadas com tais ações. Além disso, torna-se imprescindível levantar os principais aspectos que permeiam a própria doação das cestas – questão da origem, regularidade, analisando o papel dos intermediários (doadores) e o que os movem nesta ação – bem como, avaliar a influência das questões de fundo moral, valores pessoais, princípios e dogmas religiosos, em outras palavras, saber como

convivem (e se, necessariamente, convivem) no interior deste projeto assistencial os princípios de responsabilidade social e de caridade.

Depois de traçadas todas estas considerações, acredito ser de certa valia trazer à tona outras evidências, não somente porque elas, de alguma forma, determinaram a escolha da minha temática como, também, porque exerceram forte influência sobre a maneira com a qual decidi trabalhar.

De antemão, posso lhes garantir que não é tarefa fácil iniciar um trabalho de pesquisa; além de muita disposição e preparo anterior – o que significa dizer, certo “trejeito” para lidar com questões de fundo historiográfico, tal como exige nossa formação –, é imprescindível (e isto é óbvio!) definir e delimitar um tema.

Diferente do que se pensa, há muito na História, definir um tema deixou de ser apenas a escolha aleatória de um simples fato/acidente sobre o qual se deseja estudar; ao contrário, trata-se de levantar “questões” ou de “definir problemas” que serão, minuciosamente, delimitados, problematizados e “recortados” tal como exige a pesquisa, a abordagem e o critério adotado por cada historiador.

Uma vez tendo determinado a temática, cabe definir e/ou efetuar o devido levantamento das fontes de pesquisa, aliada a uma busca, quase que constante, para o pesquisador/historiador de melhores conceitos, metodologias e discussões teóricas que possam validar e elucidar a real natureza de sua proposta.

Dentre as tantas opções possíveis de ser utilizadas, optei por trabalhar com os pressupostos e paradigmas da História Oral e da História Social. A explicação e/ou justificativa para tal escolha é, de fato, bastante pertinente: ceder espaço aos sujeitos sociais – excluídos e dissidentes –, diretamente, envolvidos neste processo fazendo de suas memórias, narrativas, experiências e vivências cotidianas meu campo de estudo, reflexão e diálogo. Em síntese, o que proponho é tão somente “(...) o deslocamento para um outro tempo, no qual se propõe o espaço da memória social como o da visibilidade de sujeitos reais que têm potência”.¹

Tendo em vista toda esta perspectiva, e acreditando que todas as fontes são possíveis de análise, optei também por trabalhar com algumas imagens, no início de cada um dos capítulos, que fizessem referência a todo este quadro de empobrecimento e desigualdade que se instaurou na cidade de Uberlândia.

¹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução: Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. Ed. Olhos d'água. São Paulo, maio/2004. Página 7.

Assim sendo, me preocupei em selecionar algumas fotografias que, de uma forma ou de outra, permitisse demonstrar a maneira como estes sujeitos sociais se articulam, convivem, sobrevivem e, conseqüentemente, modificam o cenário da cidade de Uberlândia.

Vale lembrar, contudo, que tais fotos – obtidas junto ao CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU – não estão, diretamente, relacionadas ao trabalho assistencial realizado pelo centro espírita “*Missionários da Luz*”. Na verdade, as fotos aqui apresentadas são fruto de um trabalho realizado pelo *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia* junto à população carente de nossa cidade.

Diante deste fato, muitos podem estar perguntando qual a possível relação existente entre estas imagens e o estudo aqui apresentado. A meu ver, o fato destas fotos não estarem, diretamente, associadas a este trabalho de “*peregrinação*” realizado pelo centro espírita “*Missionários da Luz*” não impede que as mesmas sejam utilizadas como fontes de pesquisa; ao contrário, enquanto historiadores, nós sabemos que todas estas fotografias, quando devidamente interpretadas, trazem à tona uma trajetória de vida que acaba sendo comum à maioria destes indivíduos.

O que quero dizer é que, tal como as experiências e as memórias destes sujeitos sociais, cada uma destas fotografias “(...) *representa o horizonte de possibilidades de todos os demais*”², em outras palavras, “(...) *um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias*”.³ Justamente por isso, considero ser este um dos principais motivos que, de maneira ou de outra, determinaram a escolha e a utilização destas imagens enquanto instrumento e fonte de pesquisa neste trabalho.

Durante os contatos que estabeleci com os principais envolvidos neste projeto, um aspecto ficou bem evidente: se a minha intenção é efetuar um bom trabalho devo, antes de qualquer coisa, começar a encarar estes projetos assistenciais enquanto processo múltiplo de aprendizado, postura, afetos e deveres, que se encontram e se defrontam frente à realidade de nossa cidade. Portanto, destacar a participação dos membros de nossa comunidade e dos próprios integrantes destes movimentos é tarefa imprescindível neste momento; participação esta que se estende desde os aspectos que envolvem a construção e o desenvolvimento da cidade de Uberlândia, até a constituição destes indivíduos enquanto participantes, colaboradores e contemplados desta “rede

² PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. Vol. 1, nº. 2, 1996. Página 71

³ Idem. Página 72.

assistencial” que se configura e se expande em virtude de uma série de problemas sócio-econômicos que marcam o crescimento da maioria de nossas cidades.

A idéia é, basicamente, retomar as experiências de vida dos indivíduos que, por inúmeros motivos, decidiram participar ou necessitaram do auxílio oferecido por um dos muitos projetos assistenciais que surgiram no cenário nacional; permitir a visualização das escolhas e as movimentações destes elementos comuns que se encontram, confrontam-se, encaixam-se e/ou modificam-se diante da realidade de nossa cidade, à medida que se confrontam as pluralidades, as diferenças, as possibilidades e as disputas em contraponto às práticas discursivas que constituem elemento primordial do fazer-se da cidade de Uberlândia.

Neste ponto, podemos destacar a importância que têm os estudos de Yara Aun Khoury como uma das referências do nosso pensar; principalmente, no que se refere à questão dos indivíduos enquanto sujeitos históricos – ativos e determinantes de seu tempo –, bem como, o potencial da memória enquanto prática política.

“Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica (...), nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida”.⁴

A cultura, aqui entendida enquanto expressão de vida, e não apenas como simbologia de um tempo, trapaceia e remexe com a realidade produzindo novos valores e novas concepções por meio de um processo dinâmico que consiste, basicamente, em um diálogo contínuo entre passado e presente.

Assim sendo, se a cultura é um modo específico de ver, sentir e representar o mundo em que vivemos, tal como diz Yara Khoury, para melhor compreender estas formas de representações é preciso penetrar pelo interior de uma dada realidade social desvendando os mecanismos e elementos que possibilitaram que estas mesmas representações fossem construídas. É preciso, ao abordar a temática da cultura, relacionar a sua existência, a sua persistência e/ou a sua transformação a uma determinada realidade histórica, bem como, aos problemas sociais e econômicos a que esteja vinculada.

⁴ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. Ed. Olhos d'água. São Paulo, maio/2004. Página 117.

A idéia é, portanto, reconstruir o significado simbólico deste processo tão dinâmico estreitando os laços existentes entre história e memória; um resgate constante, bem como, um privilégio das narrativas de cada pessoa que vive e, de acordo com sua peculiaridade, interpreta os processos sociais.

Trabalhar nesta perspectiva, centrando as atenções, especialmente, “(...) *na cultura como um campo fértil para identificar diferenças e descobrir tendências que questionam a ordem (...)*”⁵, demanda, portanto, maior atenção às múltiplas forças que atuam no fazer diário da história, implica em perceber estes sujeitos vivendo ativamente a dinâmica social.

Esta suposta valorização dada aos sujeitos sociais, que acaba por trazer à tona toda esta “potência” que lhes é peculiar, se dá por meio da expressão de todas as dimensões de suas vidas; o que, necessariamente, inclui valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes, enfim, todo e qualquer tipo de manifestação que esteja associada e/ou caracterize as diferentes maneiras destes indivíduos viverem e/ou relacionarem em sociedade.

A grande vantagem em se reconstruir esta realidade social está na possibilidade e no privilégio de poder utilizar os mais variados tipos de fontes – experiências, vivências, relatos, depoimentos e memórias –, o que, necessariamente, implica numa oportunidade concreta de resgatar e explorar todas as características marcantes de nossa época ou, mais precisamente, de um dado acontecimento.

Esse trunfo que temos em mãos, a condição de lidar com a narração, interpretação e significado presente nas memórias e nas fontes orais, quando bem utilizado, é capaz de conceder a todos os indivíduos – que durante anos viveram no anonimato – a chance e/ou o direito de expressar suas opiniões e de interagir ativamente enquanto personagens principais na constituição e consolidação de todo este espetáculo.

“A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim, um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme (...) parecendo-se mais com um mosaico (...) em que cada fragmento (cada pessoa)

⁵ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. Ed. Olhos d'água. São Paulo, maio/2004. Página 118.

*é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos”.*⁶

Nesse caminho, tomando as narrativas como atos interpretativos e/ou como processos constantes de atribuição de significados sobre a realidade vivida, interpretar e lidar com estas memórias implica, necessariamente, em encarar o “outro” dentro de um emaranhado de relações concretas onde, cada qual à sua maneira, se situa, vive e interpreta as questões e problemáticas sociais que, querendo ou não, afetam seu modo de viver e de se relacionar.

Compartilhando com Yara Khoury a idéia de que devemos sempre trabalhar as problemáticas de estudo, não como fatos dados, mas como processos em formação, lidar com as memórias destes indivíduos requer pensá-las como peça-chave pertencente ao próprio movimento da história. A grande questão é entender como estas memórias se forjam e se realimentam no interior desta tão contraditória rede de relações sociais.

É, justamente, com vista a atingir tais objetivos, que busco privilegiar as fontes orais em detrimento de qualquer outro tipo de fonte. Vale lembrar que este “privilégio” dado às entrevistas não implica, necessariamente, em desmerecer ou desconsiderar os demais objetos de estudo; aliás, nem poderia já que, no decorrer desta pesquisa, foi de grande valia o diálogo estabelecido entre o material teórico-metodológico e os meus depoimentos, fazendo deste “intercâmbio” mecanismo de reflexão.

Na realidade, o que proponho ao dar este destaque às entrevistas, é a possibilidade concreta de buscar o significado, as representações e as relações intrínsecas aos sujeitos sociais existentes nestes projetos assistenciais, em particular aquele praticado pela casa espírita “*Missionários da Luz*” que é, comumente, denominado de “*peregrinação*”. Sem sombra de dúvida, “*(...) esses pontos de vista são uma contribuição expressiva na construção histórica, quando conseguimos compreendê-los e explorá-los em suas raízes sociais e históricas, em seus significados culturais e na dinâmica histórica em que se constituem e assumem sentidos*”.⁷

⁶ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 2, 1996. Página 72.

⁷ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. Ed. Olhos d'água. São Paulo, maio/2004. Página 137.

É preciso, pois, antes de prosseguir com este trabalho, efetuar aqui o registro de um momento importante na história da cidade de Uberlândia. Aqui me refiro a alguns acontecimentos que marcaram o cotidiano de nossa cidade durante o período de construção deste trabalho, mas especificamente, ações políticas e sociais voltadas para contornar o problema da pobreza e da mendicância na nossa cidade.

“Quem dá esmola não dá escola, não dá futuro e não dá emprego”, este é o tema da campanha que começou em Uberlândia, no início do ano de 2007, com o objetivo de acabar, definitivamente, com a mendicância em nossa cidade. A campanha, de uma maneira geral, contará com o apoio do Ministério Público, das polícias Civil, Militar e Federal, da Icasu e, principalmente, com o apoio da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

No que diz respeito a todo este processo de “limpeza” que se inicia nas ruas de Uberlândia, denominado Campanha *“Uberlândia Sem Esmola”*, vale lembrar que esta, pode ser entendida, como mais uma das estratégias utilizadas pelo poder local para “esconder” todo o cenário de pobreza, fome e mendicância que, a cada dia, se intensifica mais em nossa cidade.

Diante desta “notória” tarefa, a Prefeitura de Uberlândia, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho, oferece aos migrantes – que para cá vieram em busca de uma vida melhor – bem como, para toda a população de rua um “atendimento social e humanizado” por meio, do que eles mesmos denominam: *Programa Ronda Social*.

O objetivo da ronda é abordar a população desabrigada, a fim de oferecer encaminhamentos adequados, orientação social e concessão de passagem, caso seja necessário, mediante a identificação e cadastramento. O mendicante de Uberlândia e sua família também receberão orientação e o devido encaminhamento para os programas sociais do Município. [...] A primeira fase da campanha consistiu no cadastramento geral das pessoas que praticavam a mendicância em diversos locais da cidade. A segunda fase contará com a instalação de outdoors pela cidade, além da distribuição de folhetos. Esse trabalho de educação visa conscientizar a população a não dar esmola aos pedintes e orientar aos que quiserem ajudar que procurem instituições idôneas para efetuarem sua doação.⁸

Todo este trabalho, que visa atender as pessoas que não tem moradia e renda própria, bem como os cidadãos que vieram de outras cidades e estados, transformou-se

⁸ Prefeitura dá continuidade à Campanha *“Uberlândia Sem Esmola”*. **Jornal Correio**. Uberlândia, 13/06/2007.

em um dos principais assuntos discutidos, atualmente, na cidade de Uberlândia. A meu ver, nada mais pertinente, já que nos encontramos diante de um momento que considero ser decisivo para a história da população brasileira; um momento que exige a participação de todos para que possamos, de uma vez por todas, por um ponto final neste quadro de desigualdade e injustiça social que assola parte significativa da nossa população.

Contudo, é preciso lembrar que mendicância e pobreza não significam, necessariamente, caso de polícia; ao contrário disso, para que possamos combater este caos social é preciso estabelecer medidas drásticas que sejam capazes de contornar toda esta herança de injustiça social que faz com que nosso país seja tido como desigual.

De qualquer forma, é importante sim propor para a nossa sociedade um debate acerca dos principais problemas que envolvem a pobreza, a fome, a mendicância e a miséria na cidade de Uberlândia; mas um debate que se estabeleça de forma mais ampla sem, contudo, reprimir ou camuflar toda esta calamidade por meio de ações paliativas.

Como vocês podem notar é, justamente, em meio a todos estes acontecimentos que este trabalho vem sendo construído. É, sobretudo, frente a todas estas considerações, bem como, em meio a todos os possíveis desdobramentos advindos desta iniciativa que, mais uma vez, afirmo o quão importante torna-se este estudo a respeito da prática assistencialista na cidade de Uberlândia.

Assim pensando, no desenvolvimento do **primeiro capítulo**, propus-me construir um diagnóstico histórico da cidade de Uberlândia tendo sempre em mente as muitas transformações ocorridas a nível nacional, em termos de desigualdade, pobreza, injustiça e exclusão social, aliada as muitas alterações que marcaram as relações de trabalho, bem como, as conseqüências destas mesmas variações na vida dos trabalhadores.

Utilizei, para tanto, como fonte de pesquisa, alguns trabalhos acadêmicos e algumas publicações a nível nacional em consonância com depoimentos obtidos junto aos colaboradores e famílias assistidas pelo trabalho de “*peregrinação*” para melhor compreender nossa realidade social, os significados, as atitudes e os valores que, diariamente, emergem e se intensificam no ir e vir da cidade de Uberlândia; em linhas gerais, quando proponho analisar as representações que constituem o “imaginário” da nossa cidade significa dizer, também, que procuro entender as relações existentes entre os grupos dominantes e as famílias que vivem na cidade, em condições precárias.

Nesse sentido, vale lembrar o quão importante torna-se o estudo do cenário econômico e social em que se encontra a cidade de Uberlândia frente ao crescimento vertiginoso desta rede assistencial buscando, para tanto, traçar algumas considerações acerca do perfil das famílias beneficiadas por este projeto; em outras palavras, cabe investigar as razões que levaram estes sujeitos sociais a uma relação de extrema dependência em relação ao trabalho de doação de cestas básicas, bem como, a maneira como estes trabalhos se intensificam mediante a consolidação local desta “visão de empobrecimento”.

Uma opção que, como sabemos, passa necessariamente pela construção do espaço urbano, pelo acirramento das diferenças e desigualdades no âmbito social e, conseqüentemente, pela ausência de oportunidades para a maioria dos cidadãos uberlandenses.

Questionar a correspondência imediata entre o caos social e a prática assistencialista supõe ressaltar o quão importante é o trabalho realizado por estes voluntários e colaboradores da casa espírita “*Missionários da Luz*” que, ao se compadecerem com a situação de miséria e penúria em que vivem as pessoas mais carentes de nossa cidade, buscam – mesmo que por intermédio do prisma religioso – auxiliar o seu semelhante.

Auxílio este que, devo ressaltar, fica à mercê de ações particulares, uma vez que é visível o descaso e a acomodação do poder público diante de tamanha indigência e desigualdade.

E é, justamente, frente a esta realidade injusta e degradante que verificamos estar presente nas ruas de Uberlândia, bem como, ciente das muitas transformações econômicas e sociais ocorridas em nossa cidade é que busco analisar, mais especificamente, os diversos aspectos que abrangem os trabalhos assistenciais, tentando reconstruir suas práticas e mecanismos de ação para melhor atender os mais necessitados.

Assim sendo, de posse das muitas informações referentes ao momento e aos motivos que tornaram possível a existência destes projetos sociais, o **segundo capítulo** deste trabalho marca o avanço de muitas das minhas inquietações. Dentre elas vale destacar, a tentativa de avaliar o perfil das personagens envolvidas nesta trama – sejam eles doadores diretos e indiretos, sejam as famílias beneficiadas com tais ações; bem como, levantar os principais aspectos que permeiam a própria doação das cestas –

questão da origem, regularidade, analisando o papel dos intermediários (doadores) e o que os move nesta ação.

Com base nessas preocupações propus-me avaliar a influência das questões de fundo moral, valores pessoais, princípios e dogmas religiosos no interior deste trabalho de “*peregrinação*”; em outras palavras, no cruzamento das diversas modalidades de fontes, saber como convivem (e se, necessariamente, convivem) no interior destes projetos assistenciais os princípios de responsabilidade social e de caridade.

Capítulo I

“PELA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO”: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES NA CIDADE DE UBERLÂNDIA.



Foto 1 - Sede, Visitas e Trabalhos do CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos). Arquivo pesquisa. CDDH, UFU/1999.

“A Terra produzirá bastante para alimentar todos os seus habitantes, quando os homens souberem administrar os bens que ela dá, segundo as leis de justiça, de caridade e de amor ao próximo; quando a fraternidade reinar entre os diversos povos, como entre as províncias de um mesmo império, o supérfluo momentâneo de um suprirá à insuficiência momentânea do outro, e cada um terá o necessário”.

(Allan Kardec: **O Evangelho Segundo o Espiritismo**)

Antes de partirmos propriamente para as questões ligadas aos projetos assistenciais, torna-se imprescindível estabelecer um diagnóstico histórico da real situação de pobreza e desigualdade verificada na cidade de Uberlândia, na tentativa de resgatar as lacunas existentes em nosso passado para que possamos melhor compreender nossa realidade.

Se levarmos em consideração, algumas das características que norteiam a construção de nossa cidade veremos que uma delas é bem clara, até mesmo nos dias de hoje, para a maioria de nossa população: a de que a cidade de Uberlândia é produto direto de um projeto de modernização, urbanização, de ordem e progresso que se instaurou há anos em nosso país. A grande preocupação de nossos governantes foi, e ainda é, a de tornar nossa cidade espelho de desenvolvimento para todas as outras cidades da região e adjacências.

Realmente, para alguns, Uberlândia tornou-se, em determinados aspectos, um “modelo ideal de cidade”: ordeira, pacata, dotada de governantes empreendedores e de gente trabalhadora que não tem medo do batente. Estes e outros motivos colaboraram para que nós pudéssemos alcançar um lugar de destaque, principalmente, no quesito desenvolvimento, progresso e qualidade de vida, inclusive com o privilégio de ter o nome de nossa cidade estampado nas capas das principais revistas que circulam a nível nacional.

“Esse progresso, que se torna visível no crescimento da cidade, na construção civil, na instalação de indústrias e no crescimento do comércio, é transformado em campanhas pelas entidades empresariais endossadas e divulgadas pela imprensa e foi, em parte, responsável pela atração de migrantes, que vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida”.⁹

Como desdobramento desta “campanha progressista”, Uberlândia passou a receber inúmeras pessoas vindas das mais diversas localidades, que movidos pelo ideal de sucesso e riqueza, sonhavam abarcar uma fatia desta fabulosa máquina de desenvolvimento e oportunidades. Para essa grande massa de migrantes constituída,

⁹ MEDEIROS, E. Antunes de. A cidade que se quer e a cidade que se tem. In: **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade de Uberlândia – 1970-2001**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 63.

basicamente, por “(...) *aqueles trabalhadores expulsos do campo e de cidades menores, a cidade grande continuava sendo a saída*”.¹⁰

Não estou querendo, neste momento, negar a importância e a contribuição destes sujeitos sociais para a construção de nossa cidade; muito pelo contrário, sabemos que, de maneira geral, foram eles que deram uma “cara” a nossa região, ou seja, que tornaram possíveis e viáveis os objetivos de nossos governantes.

A grande questão, aqui discutida, é a que preço este progresso foi conquistado. Hoje sabemos que a um preço econômico e social caríssimo; basta olhar ao redor para constatar este fato. Em cada esquina, em cada semáforo, nas ruas, nos abrigos, há sempre um grande número de pessoas que consideramos vítimas diretas desta realidade que, a cada dia, torna-se mais cruel e devastadora.

À olhos vistos, tal como ocorreu em inúmeras outras regiões, este progresso se deu por meio do enriquecimento de alguns poucos indivíduos em detrimento de uma maioria, exaustivamente, explorada. “*Uns com tanto, outros com tão pouco!*”, sem sombra de dúvida, esta frase pode ser facilmente empregada para descrever o processo de desenvolvimento que ocorreu – e ocorre – na cidade de Uberlândia.

A precariedade deste quadro é tamanha e aumenta, vertiginosamente, a cada dia. Nossa cidade não foi capaz de absorver nem sequer seus habitantes quem dirá os muitos que vieram de tão longe em busca de uma vida melhor.

*“A cidade que, na memória dominante, pretende-se o ‘eldorado das oportunidades para todos’, revela-se, para aqueles que nela constroem suas vidas por meio do viver-do-trabalho, um campo de batalha no qual essa oportunidade tem que ser disputada a unhas e dentes (...)”.*¹¹

Alguns poucos, passada a euforia e já conseguindo visualizar a verdadeira faceta de nosso “progresso” – após reconhecer que todo aquele discurso desenvolvimentista e de oportunidades não passava de mera ilusão –, retornaram à sua cidade natal, ou, simplesmente, partiram para novas aventuras em outras localidades; os que não tiveram condições e escolha vivem, até hoje, aqui à mercê da sorte.

¹⁰ PETUBA, Rosângela Maria Silva. Uma cidade, muitas histórias. In: **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000)**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2001. Página 28.

¹¹ MEDEIROS, E. Antunes de. A cidade que se quer e a cidade que se tem. In: **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade de Uberlândia – 1970-2001**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 59.

Na prática, o que se percebe é a construção de uma imagem e um padrão de “cidade modelo” muito distante da realidade vivida; como a teoria, literalmente, não se aplica à prática criam-se discursos, mecanismos de ação e manipulação para esconder ou, definitivamente, “exorcizar” este lado “negro” e obscuro de nossa cidade (lê-se pobre).

*“Não há espaço para eles. Por isso, é preciso recambiá-los aos seus locais de origem ou simplesmente ignorá-los, segregando-os às áreas invisíveis do espaço urbano, dificultando seu acesso à cidade legal por meio de uma sistemática exclusão aos serviços urbanos de qualidade (...)”.*¹²

Os diferentes caminhos percorridos em meio à historiografia local nos levam a crer que inúmeros argumentos foram instaurados no cotidiano de nossa cidade na tentativa de encobrir e/ou extirpar, de uma vez por todas, as muitas famílias pobres que ainda insistiam em continuar vivendo, lutando e trabalhando nos mais diversos cantos de nossa cidade.

Assim sendo, com base em propostas extremamente fantasiosas e ilusórias nossos governantes tentam esconder as esmagadoras diferenças e desigualdades verificadas no âmbito social; alguns, muitas das vezes, tentam justificá-las como sendo produto de uma desqualificação individual e não de problemas oriundos da atual conjuntura política e econômica que atravessa nosso país.

*“Até a década de 1980, Uberlândia tratou a pobreza como algo externo à cidade, oficializando por diversos modos uma noção de antipobreza sintetizada nos termos progresso e desenvolvimento, caracterizando-se como um município rico”.*¹³

O que constatamos em meio ao discurso do poder público municipal é “(...) a existência de uma recusa intransigente de aceitar Uberlândia como uma cidade que produz pobreza e exclusão (...)”¹⁴; afinal de contas, como sabemos os múltiplos “(...) projetos de crescimento, em conjunto com as recentes políticas de desmanche dos

¹² PETUBA, Rosângela Maria Silva. Uma cidade, muitas histórias. In: **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000)**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2001. Página 24.

¹³ MORAIS, Sérgio Paulo. As novas visões de cidade: a construção da pobreza. In: **Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em História Social, 2007. Página 27.

¹⁴ PETUBA, Rosângela Maria Silva. Uma cidade, muitas histórias. In: **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000)**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2001. Página 26.

*direitos sociais, empurraram estes trabalhadores para a condição de sobrantes e seres descartáveis aos olhos da 'marcha do progresso'".*¹⁵

De maneira geral, nota-se no cotidiano da cidade de Uberlândia, a existência de uma política permeada por discursos e instrumentos de ação que, além de conferir certo ar de “normalidade” ou “banalidade” a este quadro tão avassalador, contribuiu também, de maneira intensa, para a instauração e legitimação de uma forma particular de pensar e/ou encarar todo este caos social como produto direto da vinda destes forasteiros que trouxeram com eles todas as mazelas comuns às grandes cidades.

O esforço exaustivo dos nossos governantes, de preservar toda a “ordem” vigente, se desfaz na medida em que estas pessoas começam a deixar suas marcas e impressões no fazer-se de nossa cidade; relegá-los ao esquecimento e a exclusão seria a única, e melhor, alternativa encontrada pela elite local.

É, justamente, a partir deste ponto que algumas das minhas inquietações se mostram mais latentes. É de extrema importância, a meu ver, tentar compreender o porquê desta “banalização”, ou seja, os motivos que nos levam a considerar este quadro de carência social algo tão normal; bem como, porque tem sido consenso na historiografia local considerar que os males de nossa cidade são causados por “(...) *um bando de pessoas aventureiras e famintas, vindas das cidades vizinhas, empoleiradas num caminhão, despejadas no centro da cidade, na calada da noite (...)*”.¹⁶

No que se refere, mais especificamente, a essa recusa por parte dos governantes locais em aceitar grande parte da nossa população, em virtude de um evidente quadro de pobreza e desigualdade social, vale ressaltar, contudo, que este fato não é obra de uma classe dirigente única e deslocada do cenário político nacional; ao contrário, vale dizer que “(...) *a história da cidade, o seu desenvolvimento e mesmo os projetos políticos que o nortearam prendem-se também ao próprio processo da urbanização brasileira e às suas contradições*”.¹⁷

O que venho, neste instante, ressaltar é que muitas das transformações constatadas na cidade de Uberlândia são facilmente vislumbradas em âmbito nacional. As várias mudanças ocorridas no espaço urbano, fruto de uma tentativa de romper em

¹⁵ MORAIS, Sérgio Paulo. Trabalho e cidade. In: **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2000**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 04.

¹⁶ PETUBA, Rosângela Maria Silva. Uma cidade, muitas histórias. In: **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000)**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2001. Página 26.

¹⁷ Idem. Página 26.

definitivo com um cenário de dicotomia existente entre campo e cidade, bem como, as diversas transformações verificadas nas relações de trabalho somente contribuíram para acirrar a situação de injustiça social e pobreza que atinge parte crescente da população brasileira.

Diante deste cenário, se o intuito principal deste trabalho é de enumerar e esclarecer os aspectos cruciais relacionados à emergência destes projetos assistenciais – em específico, o trabalho de doação de cestas básicas – torna-se imprescindível identificar as razões pela qual este auxílio se fez necessário, em outras palavras, os motivos que levaram estas famílias à dependência, quase que exclusiva, em relação a este tipo de assistência.

Para tanto, torna-se importante traçar algumas considerações acerca desta “visão de empobrecimento” que a muito permeia o cenário da cidade de Uberlândia, na tentativa de estabelecer relações entre o quadro de pobreza e desigualdade, que se intensifica a cada dia em nosso país, e a atual conjuntura do mercado de trabalho. Em linhas gerais, o que proponho é tão somente compreender se diante do cenário econômico e social em que se encontra a cidade de Uberlândia é possível traçar comparações entre o crescimento vertiginoso desta rede assistencial, o nível de pobreza de nossa sociedade e, a maneira, como os recursos humanos são empregados e, conseqüentemente, remunerados.

Em primeiro lugar, quando proponho investigar esta “cultura da pobreza” é preciso ter sempre em mente que a nossa economia, de uma maneira geral, não parece exibir um problema de carência de recursos.

Nestes termos, podemos destacar a importância que têm os estudos de Ricardo Henriques, em seu livro *“Desigualdade e pobreza no Brasil”*, como uma das referências do nosso pensar, principalmente, no que se refere ao fato de que o Brasil não é um país pobre e sem recursos, mas sim, um país extremamente injusto com muitos pobres.

O que quero dizer é que o desinteresse por parte do poder público, que acaba atingindo a esfera nacional, contribui significativamente para a exasperação deste quadro de exclusão em que vive parcela considerável de nossa população. Em termos gerais, *“(...) a possibilidade de erradicar a pobreza no Brasil passa necessariamente*

*pela definição de uma estratégia que confira prioridade absoluta à redução da desigualdade social”.*¹⁸

Diante desta perspectiva, como podemos encarar qualquer estratégia de combate e redução à fome e às desigualdades sociais na cidade de Uberlândia por parte do poder público municipal se nossos governantes, deliberadamente, se recusam a aceitar que a cidade é capaz de produzir e disseminar pobreza e exclusão?

O fato é que não nos cabe, simplesmente, tapar os olhos frente a esta realidade que tem se mostrado cada vez mais degradante para as muitas famílias que aqui aportaram em busca de melhores condições de vida. Nem tão pouco, podemos negar a estas famílias o direito de “desfrutar” do seu sonho e das poucas oportunidades oferecidas por nossa cidade.

Sem sombra de dúvidas, negar que o esforço e a necessidade da imprensa local e das elites em transformar e apresentar a cidade de Uberlândia “(...) *como um out door do progresso e da urbanidade*”¹⁹ acabou atraindo uma série de homens, mulheres e crianças que, vindos de pequenas cidades, sonhavam em mudar o rumo de suas vidas é, decididamente, algo impossível. Além do mais, torna-se impossível não reconhecer que aos poucos, estes mesmos indivíduos, na sua maioria formada por trabalhadores, foram “(...) *ocupando o espaço da cidade, seja na forma de morar, seja na forma de trabalhar*”²⁰ e, com isso, determinando as características do nosso espaço urbano.

A verdade é que a vinda destas famílias para a cidade de Uberlândia, de maneira geral, era encarada por muitos destes indivíduos como um episódio único em suas vidas; em outras palavras, a oportunidade concreta de transformar radicalmente seu modo de viver.

A Sra. Maria Emília Vieira, natural da cidade de Patos Paraíba, foi uma das muitas pessoas que para cá vieram à procura de uma vida melhor. Em seus relatos ela deixa transparecer toda a emoção e a expectativa que representou para ela e seus familiares a vinda para a cidade de Uberlândia, bem como, os muitos momentos de dificuldades que marcaram suas vidas desde o instante que aqui chegaram.

¹⁸ HENRIQUES, Ricardo (org.). Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2000. Página 05.

¹⁹ MEDEIROS, E. Antunes de. A cidade que se quer e a cidade que se tem. In: **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade de Uberlândia – 1970-2001**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 53.

²⁰ Idem. Página 36.

*“Eu vinhamos porque meu tio – ele até já morreu – ele morava em Mato Grosso... quando foi um dia ele telefone pra... passo um telegrama para minha mãe dizendo que vinha... vinha pra buscá nós, levá nós... traze nós pra Mato Grosso (...). Aí eu tava nova, minhas irmãs tudo era sorteira... tava tudo menina nova, criança... algumas já se casaram, já morreram a metade... aí ele disse que vinha pra levá... (...). Aí fomo pra Mato Grosso. Mais Mato Grosso a vida tava muito custosa... aí vinhamos... aí vinhamos pra qui. Não gostei de lá não... mamãe não quis ficar em Mato Grosso de jeito nenhum... (...). Aí nós demo a loucura de vim pra cá... (...)”.*²¹

Em linhas gerais, as palavras desta senhora podem ser tidas como um relato comum a todas as famílias que decidiram fazer de Uberlândia seu novo lar. Na verdade, todo o episódio passa a ser encarado como uma grande festa, pois, trata-se de um momento único capaz de conferir a todos eles a chance de construir um futuro melhor.

A possibilidade de possuir algo diferente daquilo que tinha na sua cidade de origem, ou seja, a chance única de conseguir uma vida mais abastada e sem tantas privações, fez com que esta parcela considerável de migrantes, à medida que aqui desembarcavam, saísse à procura de um trabalho qualquer.

Muitas das vezes sem a devida “qualificação” para o mercado de trabalho, estes indivíduos eram forçados a se submeter as mais diversas atividades caso quisessem, ao menos, algum trocado para sustentar sua família.

*“Quando chego aqui eu trabalhei... primeiro serviço que eu arrumei foi na fábrica de guaraná. Tinha uma fábrica de guaraná ali na... entre o bairro Cazeca e Cesário Alvim, uma fábrica de guaraná que abriu, não sei nem cumé... é... nós era pegadeira de fazer... encher garrafão, pra pegar roda... estas coisa... tampa... era eu e minha irmã que nós trabaiávamos...aí depois a gente foi largando tudo. (...). É... depois eu trabalhei... quando eu saí de lá, tinha uma mulher que tinha uma fábrica de... como é que chama... era costureira, ela pagava pra mim por mês – e qualquer dinheirinho dava – pagava pra eu remata costura... era tudo na mão, né?! Rematar, pregar botão, embanhar... casear camisa, porque tinha que casear na mão... caseava muito bem, ela costurava muito bem... era até uma crente. É... é... ela era de Ituiutaba, também já morreu... aí eu trabalhava pra ganhar um dinheirinho, era aquela peleja viu... lavar roupa pra fora... lavei tanta roupa pra pagá... pra pagá... pra gente ter o que comer minha filha... a gente viveu uma situação tão ruim... pior que agora, isso não tem dúvida!”.*²²

Como vemos, no final das contas, o dia-a-dia destas famílias estava bem distante de se transformar no tão sonhado “eldorado” como diziam as muitas propagandas e os discursos feitos acerca da cidade de Uberlândia. Ao contrário disso, a situação de

²¹ Entrevista concedida por Maria Emília Vieira. Uberlândia, abril de 2005.

²² Idem.

miséria e carência em que viviam a maioria destas famílias se agravava a cada dia em decorrência de um nítido desequilíbrio em relação aos níveis de distribuição de privilégios e riquezas.

Tendo em visto todas estas considerações é preciso, pois, analisar qual a relação existente entre a vinda destas famílias para a cidade de Uberlândia e o modo como sobrevivem desde então, com o surgimento e o crescimento vertiginoso dos projetos assistenciais.

*“A passagem de imagem de riqueza e progresso para uma situação distinta, de reconhecimento dos pobres como componentes da realidade urbana, exigiu uma produção de significados sobre a geração de pobreza. Esse processo centraliza o que hoje se pode considerar como normalidade em torno da compreensão e da aceitação de uma cidade pobre e da renovação das normas de convivência para com a pobreza”.*²³

O primeiro aspecto a ser ressaltado é que muitas são as famílias que, sem ter um emprego descente, sem ter onde morar e, até mesmo, sem ter o que comer, se utilizam da compaixão e da solidariedade alheia como única alternativa e recurso para suportar as agruras do dia-a-dia.

É triste, mas é fato. E é fato também que à medida que se intensifica este quadro de pobreza e desigualdade entre a maioria das famílias uberlandenses, cresce a incidência destes movimentos voltados para dar assistência a estes indivíduos que, desprovidos de sorte e sem, muitas das vezes, poder contar com o poder público, vêm nestes trabalhos de cunho filantrópico e social a condição de sobreviver.

A verdade é que, mesmo sem ter possibilidade de oferecer para estas famílias condições adequadas de sobrevivência, a cidade de Uberlândia continua atraindo um número considerável de pessoas vindas das mais diferentes regiões.

De maneira geral, estes indivíduos continuam vindo, em maior ou menor proporção, sempre em busca de “algo”; vale lembrar, contudo, que este “algo” com que tanto sonham deixou de ser, para a maioria destas pessoas, apenas um bom trabalho ou a simples chance de crescer pelas próprias mãos. Ao contrário, a vinda destas famílias acabou se restringindo a certa “facilidade” de conseguir tudo aquilo de que necessitam, principalmente, em virtude deste processo crescente de solidariedade que marcam estes projetos assistenciais.

²³ MORAIS, Sérgio Paulo. As novas visões de cidade: a construção da pobreza. In: **Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em História Social, 2007. Página 32.

Devido à consolidação e crescimento destes trabalhos de cunho social, Uberlândia é capaz de ofertar certos “benefícios” que nenhum outro lugar dispõe, tal como afirmam as famílias entrevistadas. “Benefícios” que vão desde roupas, comida, moradia, medicamentos, assistência médica gratuita, rede de ensino público; enfim, uma série de “benfeitorias” que faz de nossa cidade um bom local para se viver.

*“(...) aqui é melhor... aqui você vai numa pessoa ela te ajuda... como eu fui no posto Vicentino... aí eu pedi ele pra me compra um remédio que eu costumava pagá... depois eu tinha uma receitinha: ‘Aí, você pode levá lá que eu lhe dou o remédio’... mandou até fazer o remédio lá no seu Onofre (...)”.*²⁴

De qualquer forma, por ocasião da vinda destes migrantes o governo local viu todo o seu trabalho de construção da cidade de Uberlândia se “deteriorar” e o tão sonhado *status* de “cidade modelo” escorrer por entre os dedos. Como alternativa para contornar todo este caos, o poder público passou a adotar medidas “saneadoras” com o intuito de transformar as áreas centrais de Uberlândia em um verdadeiro modelo de “civilização”.

Por meio de um conjunto de princípios moralizadores, buscou-se a criação de novos bairros, bem como o deslocamento destas famílias para regiões periféricas de nossa cidade; em linhas gerais, *“(...) à proporção que a cidade desenvolve-se e é ‘saneada’ pelos poderes públicos, modos de vida são empurrados para as áreas menos valorizadas da cidade”.*²⁵

O que se percebe, em muitos momentos, é que todo este processo de modernização e urbanização, pelo qual passou a cidade de Uberlândia, trouxe consigo uma série de mudanças, drásticas por sinal, na vida destas famílias. Em diversos casos, estas alterações atingiram até mesmo a própria concepção de trabalho destes sujeitos.

*“As transformações nas paisagens, nas estruturas e nos planos administrativos, ao ocorrer, não fazem com que as condições materiais dos trabalhadores modifiquem-se. O descompasso existente entre a transformação dos espaços e a permanência das necessidades socioculturais desses sujeitos faz gerar embates e acaba por forjar novas maneiras de utilizar a cidade como espaço de sobrevivência”.*²⁶

²⁴ Entrevista concedida por Maria Emília Vieira. Uberlândia, abril de 2005.

²⁵ MEDEIROS, E. Antunes de. A cidade que se quer e a cidade que se tem. In: **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade de Uberlândia – 1970-2001**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 50.

²⁶ MORAIS, Sérgio Paulo. Trabalho e cidade. In: **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2000**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 15.

Antigas práticas adotadas pelos trabalhadores locais – a maioria vinda do campo – foram remodeladas e reestruturadas (para não dizer, efetivamente, extintas!) para que pudessem atender as novas exigências do poder público, bem como, do mercado de trabalho.

Todas estas mudanças, contudo, não chegaram a representar melhores condições de vida. Ao contrário disso, a “(...) *miséria imposta pelas transformações físicas, representativas, econômicas e sociais na cidade, fizeram deles sujeitos dependentes de restos produzidos pela sociedade*”.²⁷ Restos estes que se verificam tanto na solidariedade alheia, quanto na possibilidade, embora remota, de conseguir um emprego mesmo que temporário, parcial e/ou casual; na verdade, uma categoria tão precária de emprego que, na prática, denominamos de “desemprego disfarçado”, cujas condições de trabalho são tidas num patamar muito abaixo dos padrões aceitáveis.

*“Viver e trabalhar na cidade constitui-se em um exercício de constante luta, da parte daqueles que vieram para a cidade – ou que nela nasceram – em busca de melhores condições de vida, trazendo em suas bagagens desejos, expectativas. Tornaram-se parte constitutiva dessa cidade ao lutar por uma vaga no mercado de trabalho, por moradia, por acesso aos equipamentos públicos, escola, saúde, lazer. Uma luta encarniçada constituída de pequenas vitórias e, também, de várias derrotas.”*²⁸

Como podemos notar, em consequência de inúmeras mudanças nas relações de produção, comércio e consumo, a estrutura do mercado de trabalho se adaptou, e ainda hoje se adapta, a um novo paradigma produtivo e tecnológico, cujas palavras de ordem são: produtividade, competitividade e lucratividade. Tal adaptação, contudo, vem se implantando com um custo social bastante elevado, o que poderá acarretar consequências drásticas às próximas décadas.

*“Aliado à precarização das condições de vida na cidade, verificou-se profundas transformações nas relações de trabalho, não só em nível nacional, mas, mundial, baseadas no desenvolvimento tecnológico e que têm como uma de suas características principais a redução de postos de trabalho com um crescente aumento nos níveis de desemprego”.*²⁹

²⁷ MORAIS, Sérgio Paulo. Trabalho e cidade. In: **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2000**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 04.

²⁸ MEDEIROS, E. Antunes de. A cidade que se quer e a cidade que se tem. In: **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade de Uberlândia – 1970-2001**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 35.

²⁹ Idem. Página 64.

A partir deste quadro, podemos destacar a importância que tem os estudos de Viviane Forrester como uma das referências do nosso pensar, principalmente, no que se refere à atual conjuntura do mercado de trabalho, em consequência dos desdobramentos do processo de globalização, bem como, a situação de extrema exclusão e marginalização em que se encontram os trabalhadores de uma maneira geral.

*“Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é o objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos”.*³⁰

Diante deste contexto conflituoso, Uberlândia, bem como as grandes cidades de nosso país, tornou-se uma cidade para poucos. Com um mercado de trabalho saturado e com uma imensa massa de trabalhadores, nossa cidade não é capaz sequer de acolher seus “filhos pródigos”, o que dirão os muitos que aqui, diariamente, vêm aportar.

Antes de qualquer coisa, gostaria apenas de chamar a atenção de todos para um único aspecto: não tenhamos, em momento algum, uma visão ingênua e inocente de mundo; o que quero dizer é que se este quadro de empobrecimento se faz presente, se foi possível ser consolidado é porque algo, definitivamente, deu errado.

Pode para muitos parecer óbvio, mas torna-se necessário ressaltar que se há pessoas que detêm grande parte de tudo o que é produzido e usufruem destes privilégios como lhes convém é porque, há exploração e expropriação dos indivíduos que, de uma maneira geral, não tem onde morar, dormir, não tem o que vestir, comer, enfim, miseráveis a míngua.

*“Multidões de seres lutando, sozinhos ou em família, para não deteriorar-se, nem demais nem muito depressa. Sem contar inúmeros outros na periferia, vivendo com o temor e o risco de cair nesse mesmo estado. Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera (...)”.*³¹

Compartilhando com Viviane Forrester a noção de que devemos sempre ter em mente a imagem de uma sociedade, seja no âmbito social seja no âmbito econômico, comandada pelas influências mútuas exercidas a partir do trabalho, lidar com a questão

³⁰ FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1997. Página 11.

³¹ Idem. Página 10.

do “desemprego” requer pensar nas estratégias adotadas pela economia de mercado e, porque não dizer, também pela imprensa para inculcar na maioria dos trabalhadores a idéia de culpa e de responsabilidade pela situação de miséria, exclusão e degradação em que se encontram.

Este quadro pode ser facilmente verificado na cidade de Uberlândia à medida que a imprensa local “(...) assumiu e divulgou uma tradição de pobreza que colocava aos pobres as responsabilidades de suas misérias e, de modo relativo, do próprio empobrecimento urbano”.³²

Na prática, responsabilizados por estarem na condição de desempregados, os trabalhadores são levados a se considerar indignos de uma profissão em virtude da sua não-qualificação. Para muitos, a crise de emprego atual torna-se produto direto de uma incapacidade, ausência de aptidão, fracasso e/ou má vontade; vale dizer, em muitos casos, que “(...) eles se acusam daquilo de que são vítimas”.³³

A verdade é que, diante de uma sociedade que declara abertamente que para “merecer” viver é preciso ser “útil” (lê-se lucrativo), para muitos, o fato de não possuir um trabalho é algo extremamente difícil. Diante deste cenário de total incerteza, fica evidente que para driblar todas as dificuldades ocasionadas por esta escassez de emprego, os indivíduos passam a se sujeitar aos mais diversos e instáveis tipos de trabalho.

*“Nossa era muito difícil... agora, (...), parece que tá mais difícil do que nunca, né sô?... Bem, só sei que nós foi pelejando, lavando roupa pra fora, eu passava roupa... aí um me deu uma máquina vêia, eu costurava roupa pros outros... morava na Tibery, costurei muita roupa pra fora, pra pode ganhar um tostão. Eu já lutei muito Bernadete... pra poder vencer né?! Sempre pelejando com uma coisa e outra...”*³⁴

Percebe-se que diante da necessidade de sobrevivência, na tentativa de “ganhar” a vida, estes muitos trabalhadores estão dispostos a tudo “(...) para conseguir um ‘trocado’, que se transformará em um saco de arroz, em um remédio, (...), e que, por

³² MORAIS, Sérgio Paulo. Construído e Reconstruído Pobrezas. In: **Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em História Social, 2007. Página 67.

³³ FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1997. Página 11.

³⁴ Entrevista concedida por Maria Emília Vieira. Uberlândia, abril de 2005.

fim, significará o rendimento mensal de um trabalhador, de um casal, de uma família”.

35

Porém, como podemos constatar, nem todos têm a mesma sorte. Embora, em sua maioria, os trabalhadores busquem condições de “qualificar-se” para o mercado de trabalho, muito dificilmente estes indivíduos conseguem atingir seus objetivos.

Neste contexto nos caberia indagar: o que fariam estes indivíduos, então, sem emprego e com uma família para sustentar? Quais alternativas teriam para enfrentar as adversidades da vida? Como sobreviver diante de uma realidade em que, constantemente, estes sujeitos são taxados de supérfluos e, por essa razão, “nocivos”?

O trabalho foi – e, em muitos casos, ainda é – a peça-chave para a sobrevivência destes indivíduos na nossa sociedade. Em muitos casos, por mais que as pessoas passassem por privações e dificuldades, elas ainda tinham do que se orgulhar: possuíam um emprego que lhes dava condição, embora precária, de sustentar sua própria família; em outras palavras, a possibilidade concreta de conseguir manter sua casa e seus familiares por meio do seu próprio suor era motivo de contentamento para muitos daqueles que, diariamente, se deparavam com o fantasma do desemprego batendo à sua porta.

Contudo, cabe aqui ressaltar que, na prática, o dia-a-dia destes muitos trabalhadores, moradores da cidade de Uberlândia, tem se mostrado um tanto quanto degradante à medida que a falta de trabalho tornou-se uma constante em suas vidas.

Em virtude disso, tendo em vista este quadro de desigualdade social e desemprego enquanto “ pano-de-fundo”, é possível constatar na cidade de Uberlândia certas modificações que acabam por influenciar o surgimento e/ou permanência destes projetos assistenciais. É preciso, para melhor compreender todo o trabalho realizado por esta rede assistencial, traçar alguns comentários acerca do que hoje significa ser “pobre” e o que ou a quem, realmente, está se referindo este conceito de “pobreza”.

Na prática, não considero que seja difícil acompanhar uma suposta alteração nestes termos: basta olhar à nossa volta, basta conversar com alguém mais velho e experiente para perceber que o fato de ser “pobre” há anos atrás é algo, totalmente, diferente do que seja ser “pobre” nos dias de hoje.

³⁵ MORAIS, Sérgio Paulo. Trabalho e cidade. In: **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2000**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002. Página 14.

Pense bem: antigamente, quando alguém dizia que “o fulano de tal é pobre” ou que “o fulano está passando por uma situação de pobreza”, tínhamos em mente (e isto é claro!) sempre a noção de que ele estaria passando por “certa privação”; o fato é que, mesmo que este indivíduo estivesse com qualquer tipo de necessidade, em momento algum pensávamos em “auxiliá-lo”, como na proporção em que se ajuda hoje. O que quero dizer é que nesta época (que não é tão remota assim) estava, praticamente, descartada a prática do assistencialismo.

Numa época em que, culturalmente, o trabalho era visto como virtude moral, receber qualquer tipo de auxílio de “mão beijada”, definitivamente, era a última hipótese a se considerar. Não sei se estou sendo clara, mas o fato é que numa sociedade cheia de valores e princípios, um tanto quanto tradicionais, poucos eram os que admitiam viver de “esmola”. Chamem do que quiser – orgulho, arrogância, honra – mas a questão é que, nesta época, ser “pobre” ou estar passando por uma situação de “pobreza” era considerado algo, decididamente, passageiro.

Diante disso, fica fácil afirmar que, neste período, o assistencialismo era uma prática, literalmente, descartável para estas famílias pobres; para muitas destas pessoas carentes, isto era considerado um ato vergonhoso, constrangedor, humilhante e degradante.

E hoje em dia? Hoje em dia, podemos dizer que o assistencialismo já é parte incontestável de nossa realidade – assim como a pobreza, a desigualdade, a exclusão e a injustiça social.

De fato, se comparamos com tempos passados é possível dizer que as diferenças são gritantes: atualmente, por exemplo, não há mais nenhum tipo de problema ou constrangimento em assumir, publicamente, que se é “pobre”, nem muito menos que, por estar em situação de “pobreza”, você e sua família dependa da ajuda de projetos assistenciais.

“Ah, mesmo assim... eu desse jeito assim, eu... da moda do outro... eu sô até contente, sabe! Sô memo... porque, da moda do outro, se a gente não contentá com o pouco que tem, não contenta nem com o muito, né, (...). Então... eu fico até sastifeita sabe... (...) tem gente que fala pra mim: ‘Nó mais cê sai assim de casa, cê vai às veiz em algum lugar pra vê se arruma alguma coisa pra dentro de casa, ou eles traiz, se não tem vergonha?’ . E eu vô tê vergonha pra quê? Não tem vergonha não... eu sô pobre, eu preciso, uai! Então pra quê que eu vô ficá com vergonha... vergonha é da moda do outro se a gente tivesse mexendo

nas coisas dos outro, né... isso aí que é feio, mas pedi uma ajuda eu não tenho vergonha não... eu só sastifeita!”,³⁶

É verdade que, parte considerável destes indivíduos não escolheu estar nesta situação; vale dizer, que estas pessoas não são “pobres” porque, simplesmente, quiseram. Há toda uma conjuntura econômica, política e social que contribuiu, decididamente, com o surgimento deste quadro de desigualdade e contrastes sociais.

O grande problema é que estamos diante de uma civilização que prega uma “visão de empobrecimento” como sendo algo do qual não se pode escapar; por isso que ser “pobre”, viver de assistência e ajudar os mais necessitados tem se tornado prática corrente em nossa cidade.

Frente a este caos, as práticas assistenciais têm assumido local de destaque. Porém, tal ênfase é fruto de uma postura muito mais estratégica, assumida por parte destes projetos assistenciais para “driblar” as necessidades da população carente do que, precisamente, de combate definitivo dos problemas sociais; em outras palavras, podemos afirmar que esta rede assistencial assumiu uma postura de “conivência” frente à realidade em que vivemos.

Esta “visão de empobrecimento” fez dos miseráveis, famintos e sem-teto figuras comuns dando a esta “pobreza” um caráter banal na medida em que é constatada em cada canto de nossa cidade. Por isso hoje, dizer que uma pessoa é pobre, que passa fome e não tem onde morar é algo tão trivial.

Chega até ser irônico, mas, atualmente, estranho é ouvir dizer que um pai de família consegue sozinho, com um único emprego, tranquilamente, sustentar sua família e dar a eles condições mínimas de dignidade e cidadania. Não estou me referindo a luxo, gastos desnecessários e consumo exacerbado, mas a condições básicas de sobrevivência que confira a estas pessoas a chance de usufruir de uma vida mais direta: com casa própria, escola de qualidade para os filhos, plano de saúde, um carro – embora, popular – mais novo, lazer e tantos outros “confortos” que, hoje em dia, são cada vez mais raros e, em virtude disso, considerados privilégios de poucos.

Numa cidade onde poucos são aqueles que usufruem destes “privilégios”, ser pobre significa apenas ser mais um na multidão; e o que é pior, viver de assistência e caridade transformou-se em algo tão normal que, dependendo do caso, fica difícil

³⁶ Entrevista concedida por Marli Calixto Pereira. Uberlândia, abril de 2005.

distinguir e separar a real necessidade destas pessoas da condição de dependência que muitos assumem frente a esta prática assistencialista.

Capítulo II

“FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO”: PRÁTICAS ASSISTENCIAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL.



Foto 2 - Ocupação do Bairro e Igreja São Jorge. Arquivo pesquisa. CDDH, UFU/1999.

“Todos vós podeis dar; em qualquer classe que estiverdes, tendes alguma coisa que podeis partilhar; o que quer que seja que Deus lhe tenha dado, disso deveis uma parte àquele a quem falta o necessário, porque em seu lugar estaríeis bem contentes que um outro dividisse convosco. Vossos tesouros da Terra serão um pouco menores, mas vossos tesouros no céu serão mais abundantes; nele recolhereis ao cêntuplo o que houverdes semeado em benefícios nesse mundo”.

(Allan Kardec - **O Evangelho Segundo o Espiritismo**)

No primeiro capítulo, optei por discutir o crescimento da cidade de Uberlândia, tendo em vista os projetos desenvolvimentistas implantados pela elite local na tentativa de transformar nossa cidade em modelo de modernidade a ser seguido pelas demais localidades de nosso país.

Aliado a isto busquei, não somente, analisar a atual situação e o grau de evolução da pobreza e da desigualdade em nossa cidade, mas também, compreender a maneira como estes sujeitos procuraram manter-se presentes e ativos no dia-a-dia da cidade de Uberlândia frente às muitas mudanças econômicas e sociais que acabam por excluir parte significativa de nossa população.

Diante deste quadro, vale lembrar o quão significativo torna-se o estudo acerca dos trabalhos assistenciais na tentativa de elucidar e resgatar os principais aspectos referentes a este cenário de empobrecimento que constatamos na cidade, tendo em vista, principalmente, as razões que levaram estes indivíduos a uma situação de extrema dependência frente ao trabalho de doação de cestas básicas.

A partir destas considerações, neste capítulo, procurarei demonstrar os diversos aspectos que abrangem os trabalhos assistenciais, tentando reconstruir suas práticas e mecanismos de ação para melhor atender os mais necessitados.

Dentre os principais aspectos a se considerar, vale destacar a tentativa de avaliar o perfil das personagens envolvidas nesta trama, sejam eles doadores diretos e indiretos, sejam as famílias beneficiadas com tais ações; bem como, levantar os elementos centrais que permeiam a própria doação das cestas – questão da origem, regularidade, analisando o papel dos intermediários (doadores) e o que os move nesta ação.

Em conjunto com todas essas preocupações minha proposta é avaliar como convivem (e se, necessariamente, convivem) no interior deste projeto assistencial os princípios de responsabilidade social e de caridade; em outras palavras, até que ponto este trabalho de *“peregrinação”* é influenciado por questões de fundo moral, valores pessoais, princípios e dogmas religiosos.

Entretanto, é preciso ressaltar que a partir daqui estamos diante de um percurso difícil a se seguir. Digo difícil, pois, ao contrário do que muitos possam imaginar, este é um caminho que está em constante transformação, uma vez que, é marcado por vivências e por disputas que se edificam e/ou se rearticulam no ir e vir de nossa cidade.

O destaque dado, neste instante, aos envolvidos nesta trama assistencial, por meio de seus depoimentos, marca a tentativa de resgatar a experiência de viver na

cidade pressupondo que a mesma seja constituída por vários segmentos sociais e interesses múltiplos.

Fazendo esta opção, ficou evidente a necessidade de levantar os principais aspectos referentes aos participantes deste projeto, analisando as suas participações e contribuições, de tal forma que possamos compreender o que move estas pessoas a doar – seja a doação em forma de alimento, seja em dinheiro ou, simplesmente, a doação do seu próprio tempo por meio de visitas e acompanhamento de casos. Cabe aqui, portanto, avaliar a participação dos colaboradores, diretos e indiretos, e das famílias beneficiadas neste trabalho de “*peregrinação*” para melhor compreender a magnitude desta rede assistencial.

No caso dos voluntários diretos e indiretos, isto é, aquelas pessoas que por vontade própria, ou vinculada a qualquer instituição, vão ao encontro das famílias mais carentes ou, simplesmente, auxiliam a distância por meio da doação de cestas básicas, vale ressaltar a forma como trabalham e/ou por que trabalham, bem como, o vínculo destes indivíduos com estas famílias mais necessitadas e a maneira como eles encaram estes projetos assistenciais – se os considera válidos e/ou se conseguem estabelecer qualquer tipo de resultado.

Em se tratando dos receptores (lê-se as famílias beneficiadas) é importante observar quais as razões que os levaram a este quadro de dependência em relação à doação de cestas básicas, a maneira como vivem, bem como, analisar se a ajuda que recebem deste trabalho de “*peregrinação*” é suficiente para suprir as suas necessidades, ou seja, se somente ela basta ou se, na prática, necessitam de algum outro tipo de auxílio.

Em linhas gerais, minha intenção é buscar, realmente, reconstituir todo este quadro, de tal forma que seja possível traçar um panorama minucioso acerca dos mais diversos aspectos que englobam e que caracterizam esta “rede assistencial”.

Para melhor atentarmos acerca dos principais aspectos que abrangem todo este trabalho de “*peregrinação*” é preciso, num primeiro momento, ter em mente todo o cenário de empobrecimento que se instaurou na cidade de Uberlândia.

Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma triste realidade. Contudo, é preciso lembrar que estas pessoas – que porventura não têm onde morar ou, até mesmo, não têm o que comer – não se encontram sozinhas, abandonadas à mercê da “vontade de Deus”. Ao contrário disso, tem crescido no Brasil inúmeros movimentos voltados para dar assistência a estes indivíduos que, desprovidos de sorte e sem, muitas das vezes, poder

contar com o poder público, vêem nos trabalhos de cunho filantrópico e social a condição e a chance de conseguir aquilo de que tanto necessitam – alimentos, roupas, remédios, assistência médica, moradia, trabalho, entre outros.

Vejam: o “assistencialismo” ou a “prática assistencialista” surge, obviamente, frente a um tipo qualquer de carência com a qual convive uma determinada parcela de nossa sociedade. Levando em consideração este propósito, torna-se admirável e compreensível a atitude destes indivíduos que propuseram a criação destes movimentos assistenciais cujo intuito era o de amenizar e contornar todas estas calamidades e carências sociais.

O que, na verdade, move estas pessoas? Aonde desejam chegar? Há algum objetivo particular por trás de suas ações ou estamos lidando apenas com questões de fundo social? O que faz, na prática, com que estes movimentos assistenciais atinjam tamanhas proporções?

Visando compreender mais a fundo as questões e/ou critérios relacionados à própria criação destes projetos assistenciais em consonância com este quadro de empobrecimento verificado nos últimos tempos na cidade de Uberlândia, muitas entrevistas foram realizadas com os sujeitos/colaboradores envolvidos neste trabalho de “peregrinação”, realizado por intermédio da casa espírita “*Missionários da Luz*”.

Considereei de certa forma, imprescindível privilegiar algumas fontes em detrimento de outras, principalmente, no que se refere às evidências advindas das fontes orais. Por meio das memórias, relatos, vivências e experiências destes indivíduos foi possível resgatar suas contribuições para a história, em específico, para a história da cidade de Uberlândia.

*“Nós fazemos um trabalho que (...) chamamos de ‘peregrinação’, (...) também chamado de assistencialismo. Essa ‘peregrinação’ consiste em visitar famílias (...). Cada entidade tem um tipo de assistência que presta; no nosso caso, nós assistimos com alimentos... assistimos com alimentos, mas (...) não só assistir com alimentos (...) tentamos compartilhar com as famílias da vida delas, conhecer os problemas... e é isso! (...) não é só levar o alimento, entregar e ir embora... é um pouco mais profundo... (...). De todas as maneiras que a gente puder auxiliar e orientar em busca de outros auxílios, a gente faz!”.*³⁷

Como podemos constatar, por meio dos relatos dos colaboradores desta rede assistencial, este trabalho de “peregrinação” tem por pretensão auxiliar as famílias

³⁷ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

mais necessitadas, não somente, por meio da doação de alimentos, mas sim, por meio de um acompanhamento mais próximo com estas pessoas carentes; vale dizer, uma relação de caráter solidário, afetivo e psicológico: “(...) a gente procura formar um vínculo de amizade com as famílias e, a partir disso, (...) elas confiam mais na gente... (...) tendo este vínculo de amizade se torna mais fácil ajudar as pessoas”.³⁸

Tal como foi proposto inicialmente, na tentativa de traçar alguns comentários acerca do surgimento desta rede assistencial tendo em vista o panorama histórico de nossa cidade, considero pertinente destacar alguns aspectos que envolvem o perfil das famílias beneficiadas por este projeto; em outras palavras, cabe aqui investigar as razões que levaram estes sujeitos sociais a uma situação de extrema dependência em relação ao trabalho de doação de cestas básicas.

Como anteriormente mencionado, a prática assistencialista surge em virtude de um tipo qualquer de carência capaz de condenar estes indivíduos, pobres e miseráveis, a uma situação de “marginalização e decadência”. O fato é que, na concepção de muitos destes participantes dos trabalhos assistenciais, esta situação de dependência em relação à doação de alimentos, bem como, em relação a qualquer outro tipo de ajuda, tem um caráter meramente momentâneo. Digo momentâneo, por que muitos destes participantes relacionam esta necessidade de receber algo à ausência de um emprego fixo e estável, capaz de fornecer a estas pessoas condições próprias de subsistência.

Em linhas gerais, enquanto estas famílias não estiverem em condições de se auto-sustentar serão beneficiadas por meio da doação de cestas básicas; a partir do instante que este quadro se reverter, estando estas famílias economicamente “equilibradas”, as doações são automaticamente suspensas.

*“Muitas das vezes, as pessoas que, às vezes, por um tempo pedem cestas... se explicam que estão desempregadas, que estão passando por um momento difícil e não estão dando conta... aí a gente auxilia por um certo tempo... elas mesmas voltam à casa e falam: ‘Olha, agora, nós agradecemos... mas é que nós não estamos precisando mais!’”.*³⁹

Diante desta perspectiva, entendendo que muitos destes voluntários acreditam ser o “trabalho” a única forma de se “ganhar” a vida, percebemos que o auxílio dado a estas famílias carentes vai além da assistência imediata por meio de alimentos; muitas

³⁸ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

³⁹ Idem.

das vezes, as pessoas assistidas por este trabalho de “peregrinação” acabam recebendo um “empurrãozinho” para que consigam um bom emprego.

*“(...) Então, de repente a pessoa está precisando de um emprego, então, a gente tenta encaminhá, vê a possibilidade... Ah, eu conheço o fulano que trabalha na agência de emprego, eu conheço o ciclano que trabalha é... na empresa tal, eu trabalho na empresa tal, cê me passa seu currículo que eu... que eu vô vê o quê que eu faço... aquela coisa toda! (...) Então, de forma que a gente... é... o objetivo principal seria levá a cesta, dar uma palavra de conforto e esclarecimento, mas tentá tirá a pessoa daquela situação, né... de forma que, se a gente ficá visitando 6 meses, 1 ano...é...depois deste tempo, a pessoa esteja numa situação melhor, né... aquele... aquela aflição, aquela situação que ela estava de desespero possa ser pelo menos amenizada, né, porque aquela velha história: ‘A gente ensina a pessoa a pescá, né... não... não, na realidade, só dá o peixe pra pessoa!’”.*⁴⁰

Percebe-se em ocasião deste relato, que a possibilidade de sair desta situação de carência torna-se algo individual, isto é, dependente da “vontade” destes indivíduos em conseguir um trabalho. Na realidade, fica implícita a idéia, a mesma que é tão disseminada no senso comum, de que a ausência de trabalho surge em consequência de uma desqualificação, de um fracasso e/ou de uma má vontade que é intrínseca a cada um destes sujeitos sociais.

De maneira geral, no interior desta rede assistencial, há na opinião destes colaboradores, a oportunidade destas famílias beneficiadas deixarem de receber qualquer tipo de auxílio; para tanto, basta que estes indivíduos sejam novamente “aceitos” pelo mercado de trabalho.

Infelizmente, a realidade não tem se mostrado tão simples assim. Se tentarmos quantificar a oportunidade real destes indivíduos em conseguir um emprego, na prática, estaremos diante de “(...) porcentagens derrisórias em vista dos milhões de indivíduos excluídos do salariado e que, nesse ritmo, continuarão assim durante decênios”.⁴¹

O fato é que, a condição de miséria e dependência em que se encontram as famílias beneficiadas por este projeto assistencial não pode ser condicionada, não exclusivamente, a falta de emprego. Trata-se, como sabemos de um problema muito mais amplo que emerge e se intensifica em virtude de uma conjuntura política, econômica e social marcada por um quadro de exclusão, injustiça e desigualdade latente.

⁴⁰ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

⁴¹ FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1997. Página 09.

A nítida percepção desta realidade caótica e desigual, felizmente, pode ser notada na fala de um dos colaboradores deste trabalho de “peregrinação”. A possibilidade concreta de perceber que nem todos, no interior desta rede assistencial, consideram que este cenário de dependência em relação à doação de cestas básicas seja, não somente, produto direto da atual crise do mercado de trabalho tem, a meu ver, um caráter extremamente positivo.

Embora muitas das vezes este quadro de desigualdade seja encarado pelo prisma religioso, vale destacar a impressão, por meio da fala desta depoente, de que as disparidades existem e que, na verdade, não podemos nos contrapor a elas. Na prática, a possibilidade concreta de amenizar todo este sofrimento torna-se o objetivo principal de toda esta rede assistencialista.

*“(...) eu quero que elas melhorem, mas, também, entendo a desigualdade. (...) Não é porque eu seja contrária ou a favor (...) da desigualdade... não é isso! Eu entendo a desigualdade e, até mesmo, a necessidade da desigualdade, mas, nem por isso, eu vou tornar mais penosa esta desigualdade. Eu acho que eu torno menos penosa esta desigualdade... (...) dividindo um pouco... do meu... seja do meu tempo, seja um pouco do que eu tiver... somente isso!”.*⁴²

É curioso para mim, e espero que seja também para muitos, compreender esta realidade que se mostra, ao mesmo tempo, tão intrigante e ambígua. De um lado, uma sociedade excludente e cada vez mais desigual; de outro, um objetivo, que dizem ser comum, pois move e envolve uma série de indivíduos que se vêem “compromissados” em auxiliar aquelas pessoas menos favorecidas.

A preocupação com os indivíduos menos favorecidos, pobres e famintos assume como sabemos destaque no cenário nacional, em meados da década de 1980, por meio da campanha desenvolvida pelo sociólogo Herbert de Souza – o “Betinho” – cujo objetivo principal era o de “acabar” com a fome de maneira geral. A sociedade se mobilizou ao redor de um problema comum: todos engajados em um movimento que visava combater a pobreza da população brasileira, buscando, por meio da doação de cestas básicas, amenizar o sofrimento da população carente.

A meu ver, é possível identificar alguns aspectos contrastantes entre este tipo de assistencialismo desenvolvido pelo “Betinho” e adjacências, e o que verificamos neste trabalho de “peregrinação” desenvolvido junto à casa espírita “Missionários da Luz”.

⁴² Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

No primeiro caso, as medidas e ações seguidas pelos colaboradores e voluntários do projeto assistencial giravam em torno de um propósito maior: mudar, reformular, transformar nossa sociedade, estruturalmente falando, de tal forma que não mais pudéssemos conviver com esta situação de caos decorrente de um quadro de fome, de pobreza, miséria, de falta de moradia e de emprego.

Nota-se um caráter “profundo” de transformação, diferente daquele constatado neste trabalho de “*peregrinação*” que está ligado à casa espírita. Sei que a intenção destes voluntários, seguidores e praticantes da religião espírita, é de ajudar estas famílias, mas ao contrário do possam imaginar, este auxílio não chega a ser algo no sentido de propor mudanças estruturais para que este quadro não se repita.

Diferente disso, o que podemos notar é que este trabalho de “*peregrinação*” consiste basicamente em uma tentativa de “(...) *auxiliar a diminuir o sofrimento, as injustiças, as dificuldades... (...)*”.⁴³ Como vemos trata-se, nada mais nada menos, de medidas de caráter imediatistas e paliativas cujo objetivo principal é “(...) *Vamos dizer... amenizar! Amenizar as questões das desigualdades, mas nós não vamos conseguir resolver (...)*”.⁴⁴

Com base nas observações acima, e levando-se em consideração este trabalho de “*peregrinação*”, podemos dizer que toda esta prática não se trata, meramente, de responsabilidade social; embora, a maioria dos colaboradores acredite que esteja agindo rumo a este fim. Chego a considerar, que por estarem vinculados a uma instituição religiosa, em específico à casa espírita “*Missionários da Luz*”, obviamente, eles se sintam “cobrados” quanto à prática da doutrina espírita.

Imagine, por exemplo, uma situação onde os indivíduos são submetidos a determinados testes, tipo estímulo-resposta; em um determinado momento, quando lhes for oferecido o estímulo, a resposta correta será, obviamente, cobrada. É, basicamente, isto que acredito ocorrer com estes indivíduos que, uma vez sendo seguidores do espiritismo, utilizam este projeto assistencial como forma de “materializar” ou “concretizar” todos os ensinamentos passados pela religião – como, por exemplo, os valores da caridade e da humildade, ambos considerados “o maior de todos os mandamentos”.

Acompanhem, neste trecho extraído do Evangelho, as representações e significações dadas a estes dois “mandamentos”. Fica claro, que as explicações dadas

⁴³ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

⁴⁴ Idem.

pela própria religião nos levam a considerar, quase que impraticável, desvencilhar a caridade da prática assistencialista.

*“Caridade e humildade, tal é, pois, o único caminho da salvação; o egoísmo e o orgulho, tal o da perdição. Este princípio está formulado em termos precisos nestas palavras: ‘Amareis a Deus de toda vossa alma e ao vosso próximo como a vós mesmos; toda a lei e os profetas estão contidos nesses dois mandamentos’. E para que não haja mais equívoco sobre a interpretação do amor de Deus e do próximo, ajunta: ‘E eis o segundo mandamento, que é semelhante ao primeiro’; quer dizer, que não se pode verdadeiramente amar a Deus sem amar ao próximo, nem amar ao próximo sem amar a Deus; portanto, tudo que se faz contra o próximo, se faz contra Deus. Não podendo amar a Deus sem praticar a caridade para com o próximo, todos os deveres do homem se encontram resumidos nesta máxima: FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO”.*⁴⁵

Utilizando esta máxima da doutrina espírita, enquanto instrumento para compreensão da fala dos depoentes, é possível deduzir que os trabalhos de “peregrinação” constituem-se numa espécie de cooperação mútua onde prevalecerão muito mais os valores religiosos do que os valores de responsabilidade social. Percebe-se que a ligação existente entre esta prática assistencialista e a doutrina espírita constitui-se em elemento marcante dentro destes trabalhos chegando, inclusive, a ser utilizado como modelador de conduta e justificativa para tal situação.

Em determinados momentos, os próprios colaboradores deixam transparecer por intermédio das entrevistas que o meio utilizado para auxiliar as famílias carentes, que se baseia nas visitas constantes e na entrega das cestas, chegariam a ser quase que uma espécie de “laboratório”, sendo possível pôr em prática tudo aquilo que eles aprenderam na teoria: os princípios da caridade, resignação, aceitabilidade, as questões relacionadas ao merecimento individual e o amor ao próximo.

“(...) a doutrina espírita ela é centrada dentro do... ‘fora da caridade não há salvação!’ , e prega o amor como a lei máxima do Cristo; então, quando ele começa a participar dos estudos espíritas ele sempre escuta: ‘Que fora da caridade não há salvação! (...) A lei do amor, da caridade... que a gente tem que fazê o bem ao nosso semelhante’, né... aí aos poucos, o quê que acontece... aos poucos foi desenvolvendo o trabalho social. Esses trabalhos de... vamo falá assim de assistência! (...). Então, foi criada uma outra perspectiva... de que você tinha que fazer um trabalho do bem, desinteressadamente... e aí vem o

⁴⁵ KARDEC, Allan. Capítulo XV: Fora da caridade não há salvação. In: **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Instituto de Difusão Espírita. São Paulo, 1995. 191ª edição. Página 200.

espírito de Emanuel que fala que: "O ponto alto do espiritismo é fazer o bem sem esperar recompensa! ...".⁴⁶

Uma espécie de “prática de ensino” onde os maiores beneficiados são os próprios voluntários deste trabalho de “peregrinação”: primeiro, porque eles aprendem com esta cooperação mútua, retirando dos problemas e dos acontecimentos ali vivenciados a força de que necessitam para enfrentar os possíveis obstáculos que a vida possa lhes reservar; segundo, porque eles não somente aprendem, mas, de alguma maneira (cabe aqui dizer, bem sutil) também ensinam as pessoas a ver a vida com “outros olhos” – olhos de quem aceita tudo com resignação e com muita fé, olhos de quem já vê de forma mais “amena” e mais “aceitável” seus problemas, olhos de quem compreende que existem pessoas em situação pior do que as dele e que, portanto, eles só têm a agradecer e não reclamar.

“(...) a religião espírita kardecista (...) é uma religião que busca, dentro da filosofia dela, a... o auxílio, a cooperação entre as pessoas! E quando a gente busca auxiliar as pessoas, através desta cooperação, desta assistência... nós aprendemos com isso! (...) Quando nós auxiliamos, maioria das vezes, quem está sendo mais auxiliado somos nós, através da convivência com estas pessoas nós aprendemos junto delas... mesmo elas não tendo esta noção, que elas também estão nos auxiliando através das experiências delas, do jeito, do tipo de vida... da maneira como elas encaram determinadas situações e problemas, elas estão nos ajudando também a passar por isso... às vezes, a gente vê que a vida da gente, que a gente achava que era tão difícil, é muito mais leve (...); através da força que elas tem de vencer as barreiras da vida, a gente aprende também a ter esta força... então, é por isso que a gente fala uma cooperação... não só um assistencialismo, mas uma cooperação, porque o auxílio é mútuo. Porque assim como nós buscamos nos tornar amigos destas pessoas, elas também se tornam nossos amigos... então, eles também nos auxiliam, com uma conversa, com um sorriso, com um apoio... tudo!”.⁴⁷

Como podemos constatar, criam-se laços ou vínculos mais profundos entre as pessoas que não são, necessariamente, vínculos materiais; para os voluntários, que de vontade própria doam o seu tempo livre para auxiliar estas pessoas carentes, o auxílio é, antes de tudo, espiritual, emocional, psicológico e afetivo.

Sinceramente, confesso de início não ter dado a devida importância a esta questão; mas, no decorrer das minhas entrevistas foi ficando cada vez mais evidente a suposta relação existente entre a prática assistencial e a religião que os colaboradores pregam e praticam.

⁴⁶ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

⁴⁷ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

O assistencialismo, vinculado a estas instituições ou entidades espíritas, não visa, necessariamente, modificar uma estrutura que está posta; ao contrário, ele se mostra quase que “conivente” com esta realidade caótica já que os próprios princípios religiosos vão ao encontro das justificativas ou explicações mirabolantes para as desigualdades ou discrepâncias verificadas na nossa sociedade.

*“(...) através de um prisma da... religioso que... me propus a seguir... (...) as desigualdades são necessárias... pra aprendizado de cada um de nós, porque a filosofia espírita acredita em várias vidas... em várias reencarnações... então, aquilo que nós não conseguimos aprender ou aquilo que fizemos de errado em determinada reencarnação, nós renascemos para reaprender! E, nós reaprendemos através das dores, das dificuldades, das desigualdades (...) e... por isso elas são necessárias. Mas não é porque elas são necessárias que eu vou torná-las pior ainda... que eu vou ser... é... ao invés de auxiliar, eu vou piorar esta desigualdade, sendo que eu posso auxiliar. Esta pessoa que tem que passar esta dificuldade, eu posso amenizar, ajudá-la amenizar esta dificuldade... eu não preciso piorar! Eu não sou o juiz, do destino ou da vida de uma pessoa... mesmo eu sabendo que às vezes ela passou por determinada... que ela está passando por determinadas coisa por ter feito alguma coisa errada...”*⁴⁸

No decorrer das entrevistas, um aspecto que me intrigou bastante foi à questão relacionada ao papel da “consciência” destes indivíduos no interior desta trama. O que é esta tão mencionada “consciência” para estes indivíduos? Seria o dever destes colaboradores que compadecidos com a realidade alheia buscam, por meio da caridade, auxiliar o próximo? Ou, trata-se apenas de uma espécie de “solidariedade mecânica”, o simples ato de ajudar por ajudar, quase que uma “obrigação” e/ou “dever” visando, apenas, uma satisfação momentânea ou a garantia de “salvação”?

Podemos dizer que, necessariamente, os colaboradores diretos, que são os responsáveis por entregar as cestas básicas às famílias e que efetuam todo um acompanhamento com as mesmas, por estarem vinculados, diretamente, a casa espírita têm a sua “consciência” ligada à caridade? Uma vez sendo os voluntários os maiores beneficiados dentro deste trabalho de “peregrinação” o que fala mais alto: o auxílio ao próximo ou o “bem-estar” pessoal, ou seja, garantir o alimento para estas famílias é uma questão de preocupação com os problemas de cunho social ou, meramente, uma questão de estar com a “consciência tranquila”?

Por meio destes questionamentos, fica evidente que os aspectos que envolvem a “consciência” destes colaboradores ainda não estão tão claros. Torna-se de extrema

⁴⁸ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

importância, para melhor compreender todos os aspectos desta rede assistencial, buscar o real significado do termo mencionado em vários momentos da narrativa.

*“(...) ‘Olha, a gente vai entregar as cestas, a nossa questão ela é de doações, nós vamos tentar fazer o possível, né, pra pode tá te auxiliando (...). É paliativo, é... mas, ela... ela espera aquilo ali, ela fica na expectativa de que vai ter aquilo ali, então, aquilo ali a gente acha que não, mas ajuda! O pouco que seja... (...) é a nossa contribuição, né, seria, assim, pra nossa **consciência** ficar tranqüila a gente correr atrás! Essa que é a... seria, assim, uma forma de tá com a **consciência** mais tranqüila.”.*⁴⁹

Perceba, neste trecho, que diante do conceito e do significado do termo “consciência”, independente da religião praticada por estes indivíduos, está a “obrigação” de sempre ajudar as pessoas mais humildes, não porque eles acreditem que a suas atitudes possam significar alguma mudança mais profunda na sociedade, mas, simplesmente, porque eles precisam se sentir úteis, sentir que seus atos são grandiosos e louváveis e que, no fundo, de alguma forma poderão retirar proveito de suas ações – muitas das vezes, espera-se conseguir a “salvação eterna” por meio da “consciência tranqüila”.

De maneira geral, se paramos para pensar nos relatos dos depoentes deste trabalho de “peregrinação”, veremos que eles têm a nítida certeza de que há ainda um longo caminho a percorrer. Um caminho que, necessariamente, passa pelo ir e vir de nossa cidade, pela construção do espaço urbano, pelo acirramento das diferenças e desigualdades no âmbito social e, conseqüentemente, pela ausência de oportunidades para a maioria dos cidadãos uberlandenses de maneira geral.

*“(...) Temos observado também a cidade se inchando devido ao grande número de pessoas que estão vindo pra cá... pessoas que estão vindo em busca de uma condição melhor. Como a cidade não oferece isto satisfatoriamente, estas pessoas acabam tornando-se indigentes, pedintes, necessitados, sem teto, sem terra... Observamos que existe a necessidade de fazer uma análise melhor de toda esta situação... traçar bases de trabalho e uma ação conjunta, envolvendo a comunidade e o poder público, tendo em vista criar situações melhores para todas estas pessoas carentes; buscando, com isso, uma maneira real de resolver os problemas de emprego, moradia, saúde e educação”.*⁵⁰

Diante da proposta de compreender mais a fundo os principais aspectos que permeiam esta rede assistencial torna-se imprescindível, antes de qualquer coisa, traçar

⁴⁹ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

⁵⁰ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

alguns comentários acerca do papel que assume o poder público frente à iniciativa destes grupos particulares.

Em primeiro lugar, é preciso destacar o quão importante é o trabalho realizado por estes voluntários e colaboradores da casa espírita “*Missionários da Luz*” que, ao se compadecerem com a situação de miséria e penúria em que vivem as pessoas mais carentes em nossa cidade, buscam – mesmo que por intermédio do prisma religioso – auxiliar o seu semelhante; auxílio este que, segundo eles, torna-se depende de ações particulares como a realizada pelas casas espíritas, uma vez que é visível o descaso do poder público diante de tamanha indigência e desigualdade.

O fato é que, a partir do momento que instituições particulares tomam para si a responsabilidade de solucionar os problemas gerais de nossa população acaba gerando um quadro de acomodação por parte do poder público local; uma acomodação que, como vemos, se estende desde a precariedade dos serviços públicos até a destituição total de certos privilégios como, por exemplo, auxílio moradia, alimentação, assistência médica, ensino público de qualidade, entre outros.

De acordo com os colaboradores deste trabalho de “*peregrinação*”, se o poder público acha menos importante criar as devidas condições de sobrevivência e assistência a estas famílias carentes, os trabalhos assistenciais de cunho particular não vêem a necessidade de serem coniventes com esta opinião; ao contrário, tomam para si esta responsabilidade de levar adiante este projeto mesmo que por conta própria.

*“(...) porque o poder público, a gente sabe que envolve burocracia e, além, da burocracia a gente sabe... a gente vive no mundo, então, a gente sabe que há interesses... então, a gente faz da nossa parte, (...) não esperando contribuição deles. Por isso que no centro espírita existem muitas galinhadas, as feiras dos quitutes, os tapetes que faz e vende, artesanato, as rifas (...) como forma de arrecadar fundos, sem esperar o poder público! A gente trabalha com... vamos falar assim, o órgão público é o segundo plano... quando a gente vê que a gente não tem condição, então, a gente vai tentá é... conseguir recursos; mas, senão, a gente procura da nossa forma, porque senão a pessoa morre e a pessoa não é atendida (...)”.*⁵¹

Certamente, tanta “bondade” não deixa de ser proveniente dos preceitos religiosos que pregam os voluntários, uma vez que, como expressão máxima da caridade estes indivíduos espelham-se no seguinte mandamento: “*Amar ao próximo*

⁵¹ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

como a si mesmo: fazer para os outros o que queríamos que os outros fizessem por nós".⁵²

A questão proposta não deixa de ser destaque na fala dos entrevistados que se apóiam nesta máxima espírita tanto como norma de conduta quanto como justificativa para a maneira como conduzem estes movimentos assistenciais e encaram o descaso, o não comprometimento e a negligência do poder público diante desta realidade que está posta.

"(...) na realidade, dentro da doutrina espírita o quê que acontece... se você for fazer um estudo apanhado, a gente vai chegá numa conclusão de que a gente tem que fazê a nossa parte! Nós não podemos esperar (...) o poder público fazer... porque aí é aquele negócio que é o seguinte: Que duas mulheres ricas, foram ao... lá num teatro, numa ópera na Rússia... aí, na hora que elas estavam indo tinham dois mendigos que tava morrendo de frio: 'Ou, me dá o casaco, me ajuda e não sei o quê...'; aquele frio... (...). E elas pensaram: 'Não... quando a gente voltar da ópera, a gente vê o que pode fazê!'. Elas foram, e tal... Quando elas voltaram os dois mendigos tinha morrido!... Então, a doutrina espírita a gente trabalha com esta situação; a gente não pode esperar o governo municipal, estadual, federal, porque senão a gente vai vê que... a situação... que a questão do poder público é outra! É eles perante Deus; a nossa parte, a gente tem que procurar fazer de acordo com aquilo que a gente pode... se nós pode dar um casaco de pele, dá!; se a gente pode dar uma colcha de pelicano, que a gente dê!... Mas o mais rápido pra poder sanar, pra dar o cobertor ali pra pessoa (...)".⁵³

Entretanto, na visão dos próprios colaboradores, a possibilidade concreta de tomar para si a solução da maioria dos problemas sociais acaba piorando tanto a situação das entidades espíritas quanto das famílias necessitadas, uma vez que, o poder público considera estar ambas amparadas financeiramente e, o que é pior, considera não ter a mínima responsabilidade e dever para com estas pessoas que sofrem com as discrepâncias desta sociedade tão excludente.

Diante de tal fato, muitos são aqueles voluntários que se questionam quanto à possibilidade de terem uma parcela de culpa neste quadro frente à inércia dos nossos governadores, uma vez que, perante o descaso dos órgãos públicos tomam frente nas ações que buscam contornar os problemas sociais.

⁵² KARDEC, Allan. Capítulo XV: Fora da caridade não há salvação. In: **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Instituto de Difusão Espírita. São Paulo, 1995. 191ª edição. Página 144.

⁵³ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

*“(...) Temos observado certo descaso por parte dos poderes públicos (...) que fazem um trabalho de gabinete, sem saírem, realmente, a campo para assistirem e conhecerem as verdadeiras necessidades... quem são os necessitados, onde estão. Me pergunto se não temos parte de culpa nesta acomodação, porque as instituições [espíritas], de certa forma, estão suprimindo, atendendo, orientando e auxiliando; fazendo o trabalho que seria do poder público. (...)”.*⁵⁴

O fato é que, o poder público a cada dia que passa dá as costas para os problemas da nossa sociedade; e é fato também, que as práticas assistencialistas tendem a se consolidar na medida em que se torna mais freqüente a presença dos mais necessitados pelas ruas de nossa cidade.

O que devemos ter sempre em mente é que estamos diante de um desafio histórico no qual nosso objetivo principal consiste em enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa da nossa população do acesso às condições básicas de dignidade e cidadania – em específico, a população da cidade de Uberlândia. Devemos, pois, avaliar até que ponto esta prática assistencialista contribui para acabar com todas estas diferenças sociais e, sobretudo, considerar se esta é a alternativa mais acertada.

De qualquer forma, é preciso lembrar que por intermédio das entrevistas feitas com os diversos elementos envolvidos nesta rede assistencial – sejam eles os colaboradores e/ou as famílias beneficiadas neste trabalho de “peregrinação” – ficou claro que há sim muitas famílias que, realmente, precisam ser assistidas e que, devido à grande carência em que se encontram, chegam a estabelecer com este projeto assistencial uma relação de dependência. Porém, infelizmente, há também, no interior desta rede assistencial, muitos indivíduos que buscam forjar, encenar ou construir um quadro de miséria e de necessidade que, na prática, não condiz exatamente com a realidade em que vivem.

Diante deste fato, é claro que fica um tanto quanto complicado para quem está de fora, tanto eu quanto o próprio voluntariado, dizer se uma ou outra família precisa ou não desde tipo de auxílio, porque cada um sabe a vida que tem, bem como, os problemas e as dificuldades que tem que enfrentar.

A verdade é que, no geral, as famílias entrevistadas fazem o possível e o impossível para demonstrar como é grande a sua necessidade e/ou dependência em relação a este trabalho de “peregrinação”: “(...) tô ali com R\$5,00 reais, só... R\$5,00

⁵⁴ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

*reais, só que sobrou. Peguei este dinheiro [da aposentadoria], fui paguei a farmácia que eu tava devendo, tive que paga o aluguel da casa... acabou o dinheiro, não deu pra nada!”.*⁵⁵

O argumento, muitas vezes, utilizado por estas famílias para justificar tamanha dependência acaba sendo o mesmo: como uma parcela considerável do pouco que recebem – seja por meio da aposentadoria, seja por meio de “benefícios” sociais – é destinada para o pagamento de suas contas básicas – principalmente, energia, água e farmácia – e, sobretudo, para o pagamento do aluguel, acaba não sobrando, absolutamente, nada para comer nem sequer para qualquer outra necessidade pessoal.

*“(...) é minha filha é dureza! Ah, se eu arrumasse uma casinha pra mim... não queria pra mim não, porque o que é dos outros é dos outros (...) Deus me livre! Eu quero o que é meu... se falasse assim: não minha amiga eu vou arrumar uma casa pra você morar... você paga a água e a luz, tá bom? (...) Eu acho que eu até sarava da minha ostoporose do meu joelho... nem sentia mais nada, tem muita vontade... demais da conta, porque é muito custoso. A gente quando tem uma casa você tem a segurança... você paga... mas, você paga o que é seu... você está pagando é outras coisas. Porque eu não posso tirar um terreno... tem muita gente que fica falando: ‘Ah, D. Emília porque você não tira um terreno...’ você vai dizê: ‘Com que??’. Não tem jeito... e ainda tem aquele que fala: ‘Ah, quem é aposentado tá bom!...’. Bom se eu não pagasse aluguel, tivesse o que é meu, às vezes o dinheiro rendia um pouquinho... porque quando aumenta o salário, vai encarecer ainda mais... você vai comprar um pão tá caro, vai compra um leite tá caro... (...) e é assim, se você precisa de uma coisa no supermercado pra vender fiado, pode ser meio quilo de açúcar... você pode morrer, mais ele não te vende! Agora ali não... na padaria vende é pão... (...) Biscoito, fruta... isso aí não tem não; papel higiênico, sabão... isso aí também não tem não... mas também tudo é mais caro; você compra um tantinho assim dá R\$50,00. Aí eles me digam: não amiga pode comprar a vontade! Aí eu digo: não minha filha, minha conta é de R\$20,00 pra baixo! Não posso... não dô conta não... senão me aperta o aluguel... tenho que estar com o dinheiro!!!”.*⁵⁶

O fato é que, na tentativa de mais uma vez afirmar e reafirmar o quão difícil é viver na cidade de Uberlândia, estas famílias mencionam constantemente nas suas entrevistas não somente as suas dificuldades, mas também as privações e os problemas de todos aqueles que, porventura, poderiam lhe auxiliar.

De qualquer forma, o que se percebe é que todo o discurso destas pessoas mais necessitadas é construído na tentativa de provar que ninguém, em hipótese alguma, pode superar esta situação de penúria por vontade própria; ao contrário, este quadro de

⁵⁵ Entrevista concedida por Maria Emília Vieira. Uberlândia, abril de 2005.

⁵⁶ Idem.

pobreza somente poderá ser contornado graças ao auxílio advindo destes trabalhos assistenciais.

*“(...) o meu filho paga aluguel... o Gilberto paga aluguel... a mulher, acidentada nunca mais teve saúde, anda de moleta, anda escorada... foi acidentada, não pode trabalhar... ele que trabalha para pagar o aluguel... trabalha de pintor, quando acha um ‘servicinho’ ele ganha um tostão... E minha filha também paga aluguel, ela mora ali na rua... como é o nome daquela rua ali do quartel, esqueci... é... (...) ela mora lá, paga aluguel também, ela para R\$ 250,00. (...) Ontem, o Gilberto esteve aqui e trouxe meio quilo de carne pra mim... meu menino... meio quilo de carne e uma caixinha de leite... como ele paga aluguel, quando ele tem dinheirinho ele me ajuda... se você vê a casa onde ele mora – mora de colônia – paga R\$240,00... R\$240,00, vai ter que mudar porque não está conseguindo pagar... é minha filha é dureza! (...)”*⁵⁷

Ao longo deste acompanhamento feito com estas famílias carentes foi possível notar que, embora elas tenham a nítida consciência da situação de miséria em que vivem persiste, com o passar dos anos, a esperança e o sonho de se conseguir algo melhor. A verdade é que, diante de uma vida sem muitas expectativas, o próprio ato de sonhar transforma estas pessoas em cidadãos mais felizes e, ao mesmo tempo, mais esperançosos em relação ao fato de possuir sempre algo a mais.

Na maioria dos casos, como podemos constatar, o sonho destes indivíduos se restringe ao simples fato de conseguir uma casa própria – por menor que seja – para poder abrigar seus familiares e, de certa forma, fugir do aluguel que consome grande parte de sua renda.

*“Olha meu sonho é... (...) tê uma casa, né! Hoje mesmo eu tava escuitando no rádio eles falando lá Morumbi, né... não sei o quê que é... não sei se eles falô uma entrada... sei que paga é R\$100... já, já... a casa pra gente já pronta, depois a gente vai aumentando, já pra gente passá pra dentro. (...) É... aí a gente já passa pra dentro e vai aumentando né... é R\$140 por mês... pra é o. pra quem vai pagá R\$130 [de aluguel], com mais R\$10, né?! Porque se sáisse lá no Morumbi eu tinha coragem... (...)”*⁵⁸

Fica evidente, por intermédio do depoimento desta entrevistada, que a vida destas famílias é difícil em todas as esferas; o que quero dizer é que as privações em que vivem não se restringem apenas a carência alimentar e/ou financeira, mas também a inexistência de um lar adequado para acolher todos os seus familiares.

⁵⁷ Entrevista concedida por Maria Emília Vieira. Uberlândia, abril de 2005.

⁵⁸ Entrevista concedida por Marli Calixto Pereira. Uberlândia, abril de 2005.

A simples possibilidade e/ou probabilidade de morar em uma casa que é só sua passa a ser encarada por estas pessoas humildes como algo espetacular, um verdadeiro presente divino. Acompanhe abaixo o trecho desta entrevista realizada com uma das famílias beneficiadas pelo trabalho de “peregrinação”; perceba como é forte o traço religioso nas palavras desta senhora que, explicitamente, menciona o quão maravilhoso seria sua vida se porventura “Deus” ouvisse suas preces.

*“Seria bom demais... nossa senhora!... Seria bom demais. Se Deus preparasse isso pra mim seria uma benção... e eu não escolhia aonde fosse... não escolhia onde fosse. Era bom demais... já era uma economia pra mim... poder comer melhor: um leite, carne, ter uma verdura melhor... (...) Ah, se eu arrumasse uma casinha pra mim... (...). A gente quando tem uma casa você tem a segurança... você paga... mas, você paga o que é seu... você está pagando é outras coisas (...). Bom se eu não pagasse aluguel, tivesse o que é meu, às vezes o dinheiro rendia um pouquinho... (...)”.*⁵⁹

Antes de prosseguir com as minhas elucidações, gostaria de lembrar que o meu intuito neste estudo não é o de julgar e/ou identificar, não neste momento, aquelas famílias que necessitam ou não do auxílio advindo desta rede assistencial. Minha intenção é apenas a de demonstrar que, tal como todos os trabalhos de cunho social que lidam diretamente com “pessoas”, este trabalho de “peregrinação” está sim sujeito a qualquer tipo de manipulação, pois, tal como declara um dos voluntários, “(...) o ser humano é um ser que, assim, tem seus truques”.⁶⁰

Assim sendo, como lidar com esta situação frente a uma sociedade em que os valores morais e princípios estão sendo deixados de lado em detrimento da vontade de ter e possuir do a quem doer, custe o que custar. Como reconhecer se estamos lidando, ou não, com uma “falsa necessidade”?

À medida que os depoimentos fluíam, ia-se percebendo a preocupação dos próprios colaboradores quanto a esta problemática, ficando cada vez mais evidente na voz destes voluntários certa “frustração” e/ou “impotência” diante deste quadro de incerteza.

De qualquer forma, mesmo sabendo, e tendo consciência de que podem ser enganados, eles afirmam que a percepção, ou o simples ato de compreender que aquilo tudo está errado, deve partir daquele que erra; você pode até instruir, mostrar o

⁵⁹ Entrevista concedida por Maria Emília Vieira. Uberlândia, abril de 2005.

⁶⁰ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

caminho, mas a decisão é individual cabendo a família beneficiada escolher a “melhor opção” e/ou reconhecer o seu erro.

Agora, pense bem: quais seriam as chances daqueles que forjam uma realidade de miséria e necessidade, reconhecer seus erros, voltar atrás nas suas decisões, devolvendo ou agradecendo o recebimento destes alimentos?

Fica difícil responder por que, praticamente, estamos lidando com questões de valores e princípios que são inerentes a cada um; mas, uma coisa é certa, chega a ser assustadora a frequência com que vem ocorrendo estes casos de “falsa necessidade”, onde as famílias utilizam de determinados truques para enganar os jovens que não tem conhecimento ou, simplesmente, não sabem lidar com este tipo de “malandragem”.

*“Isso aí já aconteceu muito (...). Então, o quê que acontece... na sua maioria, quando a gente visita um bairro, uma rua, então, existe aquela pessoa, vizinho... porque o vizinho tá recebendo uma cesta, é da periferia, não sei o que... então, ele acha que ele tem também o direito há receber... (...) mas só que a situação do fulano é uma, ele é necessitado... a gente foi... ele nos procurou, a gente visitou, foi lá, a gente sabe que ele, realmente, é necessitado; o outro, às vezes, não é tão necessitado, então, num... num primeiro momento (...) como se diz, pode ser enganado, como já foi! Muitas vezes já foi mesmo... mas aí como nós sempre... na sua maioria a gente sempre tem as reuniões semestrais, anuais, a gente tá sempre fazendo uma avaliação, a gente vai vendo que aquela família não necessita... aí é a hora da gente usar da franqueza e a sinceridade: ‘Olha, fulano, como nós falamos a gente ia dar a cesta por durante certo tempo, após isso você já tá aí empregado, seus filhos tão empregados, então a gente...’ ou, então, de uma outra forma, né, a gente fala que não tá tendo condição de doar aquela cesta, porque a gente também não precisa tá sempre na mesma rua, no mesmo bairro... então, necessariamente, é uma forma da gente tá comentando pra pessoa, dela tá ciente, né, que a gente não vai dar mais a contribuição, porque, justamente, a gente vê que ela não tá dentro da necessidade... porque a gente não tem condição de assistir todas as pessoas, todo mundo, não tem como... justamente, por causa da nossa... da questão da nossa contribuição, nosso orçamento ele é pequeno”.*⁶¹

Ao longo deste estudo, um aspecto ficou evidente: analisar a maneira como estas famílias beneficiadas encaram este trabalho de “peregrinação” é de fundamental importância para se compreender a fundo a emergência desta rede assistencial.

Como sabemos, o assistencialismo está voltado para socorrer aqueles indivíduos que passam por um estágio qualquer de privação. De certa forma, existem sim várias pessoas que precisam e que dependem deste tipo de auxílio; na verdade, estes mesmos indivíduos utilizam-se dos mais diferentes caminhos para enfatizar esta idéia de

⁶¹ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

dependência, quase que exclusiva, em relação ao alimento que é oferecido pelo trabalho de “peregrinação”.

A cesta básica transformou-se, para muitas famílias, em questão de sobrevivência, uma alternativa ou a solução, embora parcial e imediata, para seus problemas; e isto é, como percebemos em alguns trechos da entrevista, enfatizado sem nenhum tipo de constrangimento: “(...) *aqui dentro de casa, vô te falou viu... é apertado. (...) mal de mim se não fosse a... a ajudinha que a Bernardete me dá aqui, né, (...) porque senão, aí é que embananava mais... (...)*”.⁶²

A partir de então, é preciso considerar até que ponto este trabalho assistencial pode gerar certo tipo de acomodação, tanto por parte das famílias assistidas quanto por parte do poder público.

Não gostaria de generalizar este fato, pois, considero que esta situação de acomodação não pode ser aplicada a todas as famílias assistidas. Digo isso, porque percebo que há sempre aquelas famílias que tem certa “consciência” em relação a este trabalho de distribuição das cestas: enquanto precisam, recorrem à instituição espírita que, na medida do possível, procura auxiliar; uma vez que estes indivíduos conseguem por si só atingir certa “estabilidade”, eles mesmos retornam a casa espírita agradecendo a ajuda que receberam e isto, de certa forma, contribuirá para que a instituição possa auxiliar futuramente uma outra família.

*“Não, não é a maioria... alguns! (...) Aqueles que têm mais **consciência**, que sabem que a partir do momento que elas não estão precisando, aquilo que é... que está sendo dado pra elas será passado pra outros que estão mais necessitados do que eles, né...”*⁶³

Perceba, por meio deste trecho acima apresentado que, novamente, entra em cena a questão da “consciência” de cada um. Ao mesmo tempo em que ela pode ser tida como algo pessoal, ou seja, “(...) *Não preciso mais disso, já que eu tenho condição de comprar...*”⁶⁴; ela, também, pode ser considerada de caráter religioso, neste caso, diretamente vinculada à doutrina espírita: “(...) *Quando a pessoa... é... consegue ter esta (...) visão de auxílio mútuo que a gente tem, então, ela percebe que seria muito egoísmo dela continuar com o auxílio... sendo que ela já não tá precisando mais...*”⁶⁵.

⁶² Entrevista concedida por Marli Calixto Pereira. Uberlândia, abril de 2005.

⁶³ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

De maneira geral, esta noção de “consciência” pode constituir-se em elemento determinante para a compreensão destes projetos assistenciais. Ao contrário do que muitos possam imaginar esta mesma “consciência”, querendo ou não, se refletirá inclusive nas ações e nas condutas de todo o grupo de voluntários.

Fica evidente, a partir do diálogo destes colaboradores, que por mais que estas pessoas achem que seu trabalho esteja voltado para questões de “responsabilidade social”, há de se considerar que todo este auxílio tenha um caráter muito mais ligado a princípios religiosos do que, necessariamente, sociais.

Há, sem sombra de dúvida, todo um contexto de miséria, mas há, também, inerente a tudo isso algo de “salvação individual”, ou seja, uma necessidade latente de se buscar uma espécie de recompensa pessoal – conforto da alma e a paz de espírito – por meio desta ajuda. O fator “consciência” é elemento chave para entender esta duplicidade de comportamento, a meu ver, tão comum neste tipo de movimento, principalmente, este trabalho de “*peregrinação*” que está vinculado à religião espírita.

Após traçar todas estas considerações acerca da visão destas famílias receptoras em relação ao trabalho assistencial desenvolvido por intermédio da casa espírita “*Missionários da Luz*”, bem como, depois de analisar a forma como estes indivíduos pobres e miseráveis encaram este tipo de auxílio é preciso retomar outros aspectos que considero pertinente. Dentre eles, destaque para os principais pontos relacionados à participação do voluntariado nesta trama; vale considerar a forma como os doadores diretos e indiretos lidam ou, simplesmente, trabalham frente a esta questão da “visão do empobrecimento” tão comum em nossa cidade.

A meu ver, ressaltar tais características implica em evidenciar a relação existente entre a responsabilidade social e à prática religiosa destes sujeitos sociais, bem como, resgatar as condições prévias de escolha destas famílias diante de uma sociedade que se auto-intitula carente, pobre e necessitada.

Se por um lado esta parcela do voluntariado, por estar vinculada à casa espírita, pratica a caridade sem “olhar a quem”; por outro, não é porque ela busca ajudar ao próximo que deve ser considerada ingênua (bondade não significa, necessariamente, ingenuidade) – os voluntários sabem que irão lidar com truques, com situações forjadas, que muitas famílias faltarão com a honestidade, que em alguns casos a ajuda não é necessária; enfim, em se tratando de uma sociedade que prega a “cultura da pobreza” desconsiderar a hipótese de serem enganados é quase que impossível.

Além deste fato, os colaboradores deste trabalho de “peregrinação” têm que, constantemente, aprender a lidar com um outro obstáculo que é permanente dentro deste projeto. Aqui me refiro aos problemas advindos da própria doação de alimentos que, conseqüentemente, determinam o número de cestas básicas que serão distribuídas.

De maneira geral, do bom desempenho com relação à arrecadação de alimentos dependerá, obviamente, o desenvolvimento deste projeto assistencial; qualquer restrição neste sentido pode gerar, inevitavelmente, limites dentro do próprio trabalho de “peregrinação” e, principalmente, frustrações entre os muitos colaboradores envolvidos. No trecho a seguir, é possível constatar como a questão dos limites existentes dentro desta prática assistencial pode, conseqüentemente, se transformar em um empecilho para o apaziguamento dos problemas de ordem social.

*“(...) Tem duas coisas, a gente ajudar... ajuda sem olhar a quem, está é a filosofia da... da religião, né! Mas, também... tem... tem aquele medo... que a gente ainda questiona da honestidade das pessoas, né?! E... e... às vezes, por isso é que eu te falo... às vezes se torna difícil sim: ‘Até que ponto a gente vai?’. Que muitas das vezes dá vontade de, às vezes, gente auxiliar, mas... não podemos auxiliar mais... então, nós temos que saber que temos um limite... assim, também, que nós temos que saber que tem um limite de (...) até onde vai nossas possibilidades... não adianta a gente querer fazer mais do que... conseguimos”.*⁶⁶

No que se refere aos aspectos relacionados à própria doação de alimentos, vale destacar que estes gêneros alimentícios chegam à instituição de duas maneiras. A primeira delas advém da iniciativa da própria casa espírita que busca, por meio dos seus vários departamentos, alocarem recursos para compra destes mantimentos. Um destes departamentos que desempenha papel de destaque nesta atuação é o da “Mocidade” que, além de realizar a “Campanha do Quilo”, busca por meio de inúmeros eventos sociais integrados à comunidade atrair recursos para continuar nesta empreitada ajudando tantas famílias necessitadas.

“(...) dentro da casa espírita existe a ‘Mocidade’, né... então, a ‘Mocidade’ no trabalho que ela faz de... de... social, ela procura, também, ao mesmo tempo, estar desenvolvendo a questão do jovem, né, em dar sua contribuição, então, uma das formas do jovem dar sua contribuição, como a maioria não trabalha, ele é dependente do pai, ele... ele... tem um emprego, mas é o primeiro emprego e não ganha muitos recursos... então, a gente faz o trabalho de campanha do quilo. Então, a ‘Mocidade’, consegue os recursos nas campanhas do quilo, ela vai de porta em porta pedindo um alimento. Para complemento,

⁶⁶ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

ela faz os seus festivais que são os festivais de sorvete que, uma vez, duas vezes por ano, né, ela faz estes festivais é... para arrecadar recursos; faz, também, a campanha do agasalho e do Natal... (...) como a forma de doações (...).⁶⁷

A outra maneira encontrada para conseguir estes mantimentos é através de doações externas advindas da própria comunidade – seja por meio da doação direta de alimentos, seja por meio da doação de dinheiro. Este auxílio, basicamente, chega à instituição por meio dos chamados doadores indiretos – assim denominados por praticarem uma espécie de “assistencialismo à distância”. Sem sombra de dúvida, o papel destes indivíduos é de fundamental importância dentro desta rede assistencial, cuja atuação pode ser entendida, não somente, enquanto estratégia e tática de “salvação individual”, mas também de posicionamento frente a esta “visão de empobrecimento” que se estendeu por todos os cantos da cidade de Uberlândia.

Em se tratando dos colaboradores indiretos, a grande questão é como entender ou explicar os motivos que movem estes indivíduos a colaborar em prol desta “rede assistencial”, bem como, as razões que levaram estas pessoas a optar por um auxílio à distância?

“Às vezes por falta de tempo mesmo; às vezes é por vergonha também de se expor... de se expor à sociedade, de ser uma pessoa que visita pessoas carentes, que se mistura às pessoas que tem um nível diferente de vida... tem pessoas que acha isso humilhante! Então, não gostam de estar fazendo este tipo de trabalho. (...) Outros porque se envolvem tanto com o trabalho que depois trazem uma grande carga de sofrimento pelas famílias, não conseguindo separar a vida pessoal da... dos problemas das outras famílias... tem uma série de... de fatores que... (...)”.⁶⁸

De qualquer forma, a diferença existente entre os doadores diretos e indiretos é mínima ou, praticamente, nula. O fato é que, por questões particulares, alguns indivíduos preferem atuar à distância seja por considerar que não devem e não podem se comprometer tanto com estas famílias, seja por certo “receio” de se expor à sociedade; em outras palavras, este distanciamento pode ser encarado como uma espécie de “auto-proteção”, uma vez que, estas pessoas ao optar por este envolvimento à distância assumem certa “neutralidade” em relação aos problemas alheios.

Obviamente que, uma vez colaborando com os trabalhos de “peregrinação”, ser ou não ser um doador direto e/ou indireto, como vemos, é opção de cada um. No final

⁶⁷ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

⁶⁸ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

das contas, os fatores que movem estes indivíduos são sempre os mesmos; em linhas gerais, podemos dizer que não há absolutamente nada, ou quase nada, de responsabilidade social, trata-se muito mais de uma questão de “consciência”, sutilmente, ligada a algo de religioso.

O fato é que, independente da religião praticada por estes indivíduos fica sempre a “obrigação” de ajudar as pessoas mais humildes, não porque eles acreditem que a sua atitude possa significar alguma mudança mais profunda, mas, simplesmente, porque eles precisam se sentir úteis, sentir que seus atos são louváveis e que, no fundo, de alguma forma poderão retirar proveito de suas ações – muitas das vezes, espera-se conseguir a “salvação eterna”.

Quanto ao vínculo destes colaboradores em relação a estas famílias beneficiadas podemos constatar que, com o passar do tempo, cria-se uma forte ligação entre estes indivíduos.

Este fato é, facilmente, comprovado por meio do depoimento obtido com uma das voluntárias deste trabalho de “peregrinação”. Como vemos, é nítida em seus relatos a existência de uma ligação que pretende ir além do auxílio por meio da doação de cestas básicas se estendendo, quase que inevitavelmente, ao envolvimento íntimo e pessoal com estas famílias.

“(...) Pra você entender um pouquinho como que é... por exemplo, uma destas famílias que a gente visita (...) que é a Carmem... a Carmem, ela teve um problema muito grande em família... porque ela está separada do marido agora, mas... ela... já tem muitos anos que a gente assiste a Carmem, desde que nasceu o último filho dela (...). Nós chegamos a casa dela... a casa dela de chão batido, o teto meio telha, meio lona preta... passando uma dificuldade enorme, né! Neste período de tempo, a gente assistiu um tempo... depois ela conseguiu uma estabilidade, emprego... ela dispensou a cesta... depois aí ela entrou em contato com a gente de novo pedindo ajuda de novo! (...) Tinha... é o companheiro dela usando drogas, né, e a família desestruturada. Então, a gente procurou orientá-la na colocação dos meninos na escola (...), ela tem uma preocupação enorme de colocar nas escolinhas, (...) ela procura dar uma... esta formação para os meninos através das orientações que a gente dá pra ela, né... é... quando dos problemas com o marido, nós orientamos entidades que poderiam... procurar auxílio aos drogados. Depois quando ela separou, e que ele bateu nela, nós orientamos ela ir numa delegacia de polícia... (...) então, todo este tipo de orientação que a gente pode dar a pessoa, a gente vai dando. Por isso que a gente fala que é uma cooperação que a gente tem... adquire um vínculo de amizade, porque a gente se preocupa com o bem-estar da família... por isso que é difícil, às vezes, a gente parar de visitar, mesmo que a gente não tenha nada pra levar, você vai visitar porque ela te espera não como uma doadora, mas como uma pessoa amiga (...).”⁶⁹

⁶⁹ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

De maneira geral, a relação de amizade que se estabelece entre doador e receptor torna-se algo inevitável no interior deste trabalho de “peregrinação”. Não podemos, contudo, negar que este vínculo que se estabelece entre os colaboradores e as famílias beneficiadas extrapolam a esfera social atingindo as máximas da religião espírita que se baseiam nos princípios da caridade e do amor ao próximo.

“Por isso, que o trabalho da gente é um pouco mais aprofundado... não é só: chegar, levar, entregar e sair! É levar, chegar, sentar, conversar... conversar coisas triviais, né... do dia-a-dia, pra que a pessoa é... seja uma pessoa mais aberta na sua vida, nos seus sentimentos, na sua maneira de ser... o que ela fez, o que tá realizando, o quê que ela tá sofrendo, o quê que ela tá passando, as dificuldades que ela tá tendo em relação à assistência de saúde, à educação, tudo isso! Então, a gente procura ir um pouco mais além (...).”⁷⁰

Um fato interessante é que para que estas pessoas carentes sejam auxiliadas por este trabalho de “peregrinação” não é preciso que elas, necessariamente, estejam vinculadas à religião espírita; em outras palavras, “(...) não existe o vínculo de que para você receber a cesta você vai ter que freqüentar, você vai ter que passar a ser [espírita]... não existe isso!”⁷¹; porém, é importante que elas saibam que este tipo de trabalho é uma “extensão” dos princípios e das atividades da casa espírita.

A partir destas considerações fica evidente, portanto, que os dogmas religiosos assumem no interior deste trabalho de “peregrinação” algo de primordial, influenciando não somente a forma como estes indivíduos agem frente a este cenário de pobreza e desigualdade como, também, a maneira com que encaram estes projetos assistenciais.

“(...) O trabalho da cesta básica, na realidade, ele é o seguinte... é como se fosse a nossa oportunidade de entrar dentro da casa da pessoa, porque o intuito que está por trás da cesta básica é, na realidade, (...) fazer o estudo do Evangelho na casa da pessoa. Então, como você vai entrar na casa?! Vai... é ler o Evangelho, fazer uma prece, vai dialogar com as pessoas... então, é uma forma de tá, assim, colaborando, amenizando a situação das pessoas, né... assim, dessas pessoas mais necessitadas, seria uma cesta básica (...) mas, o intuito que tá por trás disso aí é de... estudá o Evangelho, lê... e através do... do Evangelho procurar auxiliá a pessoa (...).”⁷²

⁷⁰ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

⁷¹ Idem.

⁷² Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

Mais uma vez constata-se, por parte dos envolvidos neste trabalho de “peregrinação”, que todo o caráter social destes projetos assistenciais fica destinado há segundo plano, principalmente, quando questionados acerca da probabilidade de se estabelecer, no final de toda esta empreitada, um possível resultado. De maneira geral, como podemos notar, os voluntários foram, de fato, unânimes ao dizer que a respeito deste trabalho assistencial é “(...) *difícil tirarmos uma conclusão, por ser um trabalho espontâneo de amor, de caridade, de doação (...)*”.⁷³

A verdade é que, de uma maneira ou de outra, toda e qualquer conclusão acerca deste projeto assistencial pode ser traçada tendo como base tudo aquilo que o grupo, constituído por doadores e receptores, foi capaz de vivenciar; isto quer dizer que, no final das contas, prevalece os ensinamentos de ordem espiritual em detrimento de ações conjuntas que visam, exclusivamente, o social.

*“(...) de positivo, a gente tira a humanização, no sentido, assim, de que a pessoa, ela passa a olhar o seu semelhante, vê a situação dele e passa, muitas vezes, a entender porque você vai ajudar (...) com uma cesta básica (...). E, muitas vezes, a maioria das casas que a gente frequenta são casas assim... de pessoas, realmente, necessitados... não só do alimento, porque, às vezes, o alimento não é o que tá pesando muito, mas, o necessário de carinho, de atenção, de afeto (...) e aí, a gente é... vai vê nesta situação que a gente é muito rico, rico não é só na questão financeira, mas de... a nossa casa, as pessoas que a gente convive, o nosso emprego, a nossa saúde, o nosso dia-a-dia, ter o conhecimento espírita, ter é condição, às vezes, de estudá... porque muitas pessoas que a gente visita as casa eles não tiveram, realmente, condição; mas não é só a condição financeira, é a situação da vida deles (...). Então, isso aí te abre à mente, inclusive, pra mostrar a realidade do Brasil (...). É aquela velha história, você vai pra peregrinação, às vezes, você acha que você vai doar, mas aí você vai vê experiências de pessoas, de vida, muito grande... de pessoas que sofreram, que passaram dificuldades, mas que estão ali, que tão firmes, que tão fortes, motivadas por viver... às vezes, a gente fala assim: ‘Nossa a pessoa não tem um alimento, não tem nada, mas ela tem uma disposição, uma força de vontade que eu não tenho. Às vezes, se eu me colocasse naquela situação lá eu não teria àquela condição!’. Então, a gente vê outra perspectiva... outro mundo, outra realidade... (...) então, isso aí te trás uma experiência, te trás um conforto, faz com que você se torne, às vezes, é... mais humano (...)”.*⁷⁴

⁷³ Entrevista concedida por Maria Bernardete Camin Samora. Uberlândia, abril de 2005.

⁷⁴ Entrevista concedida por Carlos Roberto de Oliveira. Uberlândia, maio de 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes últimos anos em que passei a conviver, tanto dentro da minha própria casa quanto na instituição espírita que freqüento, com este trabalho de “*peregrinação*” pude ver de perto a realidade das inúmeras famílias carentes que hoje existem aos montes, não somente na cidade de Uberlândia, mas em qualquer canto de nosso país. Este contato e/ou convívio contribuiu, e muito, com meus estudos, pois, veio comprovar o que de fato eu já sabia: que a vida e a realidade de grande parte das famílias brasileiras têm se tornado cada vez mais difícil em todos os aspectos – principalmente, o aspecto econômico e o social.

Isto, decididamente, me choca, me entristece, me desespera e, ao mesmo tempo, cria uma sensação de “impotência”. “Impotência” por saber que toda a pobreza, a fome e a miséria existente em nosso país, produto de longos anos de expropriação e exploração de muitos em detrimento da acumulação de riqueza nas mãos de poucos, não se resolve da noite para o dia (caso possamos, algum dia, sonhar com o fim definitivo deste caos social).

Não quero parecer pessimista, mas esta é nossa realidade. Uma realidade que exclui parte significativa da população brasileira do acesso a condições básicas de sobrevivência e que, portanto, envergonha e choca um número razoável de pessoas que decidiram partir para a prática de uma assistência que, embora não lhes permitisse modificar de fato este quadro, pelo menos lhes concederia a chance de tentar amenizá-lo.

Vale lembrar que a minha intenção não é, não necessariamente neste instante, trazer à tona todas as possíveis causas e/ou conseqüências que possibilitaram a instauração e a consolidação deste quadro tão calamitoso e desigual que verificamos em nossa sociedade. Um estudo mais aprofundado a este respeito demandaria mais tempo; o que não significa dizer que esta opção esteja descartada, apenas, eu considero que ela esteja, momentaneamente, adiada enquanto aspecto a ser abordado em projetos futuros.

O fato é que, à medida que me deparava com o depoimento dos entrevistados e, conseqüentemente, cruzava todas estas informações com as inúmeras leituras feitas acerca do período proposto, eu ficava cada vez mais indignada e incomodada por perceber que este cenário de exclusão social transformou-se em algo tão banal.

Como podem ainda existir pessoas que, por todos os lados, avistam e/ou convivem com toda a fome, a miséria, as injustiças e desigualdades do mundo e nem sequer se incomodam? Como podem esses indivíduos tapar os olhos para estas calamidades sociais se, diariamente, todo este quadro de pobreza invade nossas casas por meio dos noticiários e relatos de vida de muitos brasileiros que, infelizmente, não tiveram as mesmas oportunidades nesta vida?

Sem sombra de dúvida, estamos diante de uma situação extrema que se intensifica com o passar dos anos, uma vez que, o poder público insiste em dar as costas para os problemas sociais delegando aos indivíduos, de uma maneira geral, a condição de “causadores” e possíveis “solucionadores” dos males da nossa sociedade.

De fato, nos encontramos perante um desafio histórico no qual nosso objetivo principal consiste em enfrentar, de uma vez por todas, uma herança de injustiça social que acaba por excluir parte significativa da nossa população do acesso às condições básicas de sobrevivência. Frente a esta perspectiva, cabe a nós avaliar até que ponto estes projetos assistenciais contribuem para por um fim a todo este quadro de desigualdade social e, sobretudo, vale considerar se esta seria a alternativa mais acertada.

Dentro desta lógica, um aspecto merece ainda ser investigado: se nos consideramos pessoas conscientes o bastante para reconhecer que os problemas sociais do nosso país advêm de um sério desequilíbrio em nível de distribuição de riquezas, porque não procuramos adotar medidas, estruturais e conjunturais, mais drásticas para extirpar, definitivamente, a fome, a pobreza, a miséria, as desigualdades e as injustiças sociais? Porque, ao invés de solucionar os problemas de cunho social de forma definitiva muitos de nós, simplesmente, optamos por adotar medidas “paliativas” para amenizar as dificuldades e o sofrimento das famílias mais carentes e necessitadas?

Em meio a todo este colapso social, Uberlândia passa por um momento decisivo na sua história. Enquanto existem indivíduos que, de vontade própria, buscam auxiliar as famílias mais carentes de nossa cidade, o poder local se mobiliza em torno de determinadas estratégias que visam, simplesmente, reprimir ou, até mesmo, camuflar todo este cenário de pobreza e fome sem, contudo, propor mudanças mais sérias e definitivas para acabar com este caos.

Neste instante, me refiro à iniciativa adotada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em implantar a Campanha “*Uberlândia Sem Esmolas*” cujo objetivo consiste em abordar a população desabrigada, a fim de oferecer encaminhamentos

adequados para os albergues da cidade, orientação social e, em alguns casos, concessão de passagem para que estes mesmos indivíduos possam regressar para a sua cidade de origem.

Diante desta “nova” estratégia adotada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia nos cabe indagar como podem, ainda, existir pessoas que são capazes de tratar um problema tão sério como este de maneira tão simplista? Será que, o simples fato de “recolher” estes mendigos e miseráveis das ruas – colocando-os em abrigos ou, então, devolvendo os mesmos para suas cidades – poderá por um fim a este quadro de discriminação, exclusão social, desigualdade e fome que verificamos em Uberlândia e região?

De qualquer forma, ao propor investigar todas estas questões tendo como “pano de fundo” todos estes aspectos que caracterizam a construção da cidade de Uberlândia, foi possível trazer a tona por meio dos relatos dos integrantes deste trabalho assistencial as muitas experiências vividas por estes sujeitos sociais que, inevitavelmente, interagem e se articulam no fazer-se da nossa cidade.

Ao avançar nestas considerações e problemáticas, toda esta pesquisa e reflexão constituiu-se em objeto primordial para a construção de toda uma trajetória destes indivíduos que, constantemente, se esforçam para continuar “vivos” e “presentes” em uma cidade que demonstra ser tão desigual e injusta.

Fica evidente, contudo, que em meio a este quadro de pobreza e desigualdade que surpreende não apenas por sua intensidade, mas também, por sua estabilidade, propor uma saída definitiva para esta “desordem” é o grande desafio para as décadas futuras.

FONTES PESQUISADAS

1. FONTES ORAIS

- **Ficha de identificação das famílias assistidas pelo trabalho de “peregrinação”.**

NOME: Maria Emília Vieira. PROFISSÃO: dona-de-casa IDADE: 77 anos ESTADO CIVIL: separada TEM FILHOS (AS): quatro filhos NATURAL DA CIDADE DE: Patos Paraíba ENDEREÇO: Rua das Cerejeiras, 1053 – Fundos. Bairro: Jaraguá.	NOME: Marli Calixto Pereira PROFISSÃO: dona-de-casa IDADE: 54 anos ESTADO CIVIL: viúva TEM FILHOS (AS): quatro filhos NATURAL DA CIDADE DE: Uberlândia ENDEREÇO: Rua Sebastiana Vieira dos Santos, 70 – Fundos. Bairro: Tubalina.
--	--

- **Ficha de identificação dos voluntários que participam do trabalho de “peregrinação”.**

NOME: Maria Bernardete Camin Samora PROFISSÃO: Médica Veterinária IDADE: 46 anos ESTADO CIVIL: casada TEM FILHOS (AS): duas filhas NATURAL DA CIDADE DE: Uberlândia ENDEREÇO: Alameda Serra Dourada, 190. Bairro: Cidade Jardim	NOME: Carlos Roberto de Oliveira PROFISSÃO: Administrador de Empresa IDADE: 30 anos ESTADO CIVIL: solteiro TEM FILHOS (AS): não NATURAL DA CIDADE DE: Uberlândia ENDEREÇO: Rua Itabira, 661. Bairro: Daniel Fonseca.
--	---

2. PERIÓDICOS

- Jornal Correio de Uberlândia: 13/06/2007.

3. FOTOGRAFIAS

Arquivo da Pesquisa:

- **Guia do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia.**
Rosália P. Gonzaga e Sirle de Souza (orgs.). CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, UFU, agosto/1999.

BIBLIOGRAFIA

- ALGRATI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa – Vol. 1.** Cia das Letras. São Paulo, 1997.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil – Vol. 4.** Cia das Letras. São Paulo, 1998.
- AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. da (coord.) **República em Migalhas. História Regional e Local.** ANPUH/Marco Zero. São Paulo, 1990.
- ANDERSON, Benedict. As promessas do Estado-nação para o início do século. In: **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.**
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. O elogio da diversidade regional brasileira. In: BENJAMIN, César et alii. **Visões da Crise.** Ed. Contraponto. Rio de Janeiro, 1998.
- BARROS, José d'Assunção. História Cultural e História Antropológica. In: **O campo da história: especialidades e abordagens.** Ed. Vozes. Petrópolis, 2004.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** Ed. Brasiliense. São Paulo, 1985.
- BERMAN, Marshall. Robert Moses: o mundo da via expressa. In: **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** Cia das Letras. São Paulo, 1987.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: **A Escrita da História.** UNESP. São Paulo, 1992.

- CANCLINI, Nestor Garcia. A Encenação do Popular. In: **Culturas Híbridas**. EDUSP. São Paulo, 2000.
- _____. A Globalização: objeto cultural não-identificado. In: MOLINA, Sérgio (trad.) **A Globalização Imaginada**. Ed. Iluminuras Ltda. São Paulo, 2003.
- _____. Globalizar-se ou defender a identidade: como escapar dessa opção. In: MOLINA, Sérgio (trad.) **A Globalização Imaginada**. Ed. Iluminuras Ltda. São Paulo, 2003.
- _____. Mercado e Interculturalidade: América Latina entre a Europa e os estados Unidos. In: MOLINA, Sérgio (trad.) **A Globalização Imaginada**. Ed. Iluminuras Ltda. São Paulo, 2003.
- CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo F. Contexto histórico do aparecimento da Sociologia. In: **Introdução ao pensamento sociológico**. Ed. Eldorado. Rio de Janeiro, 1981.
- CERTEAU, Michel. Culturas Populares. In: **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Ed. Vozes. Petrópolis/RJ, 1994.
- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. FGV, vol.7. Rio de Janeiro, 1994.
- CHOAY, Françoise. O urbanismo em questão. In: **O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia**. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1979.
- CUCHE, Denys. Hierarquias Sociais e Hierarquias Culturais. In: RIBEIRO, Viviane (trad.) **A noção de cultura nas ciências sociais**. EDUSC, 2ª edição. Bauru/SP, 2002.
- DECCA, Edgar S. A Revolução acabou. In: **Revista Brasileira de História**. Nº 20. São Paulo, 1991.
- DEUTSCHER, Isaac. Quatro décadas da Revolução. In: **Ironias da História: ensaios sobre o comunismo contemporâneo**.

- DUBY, George e LARDREAU, Guy. Epílogo. In: **Diálogos sobre a nova história**. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1989.
- ESPIG, Márcia Janete. Limites e possibilidades de uma nova história cultural. In: **Lócus – revista de história**. EDUFJF, vol. 4, nº 01. Juiz de Fora, 1998.
- FABRE, Geneviève. O movimento negro. In: CHEESNEAUX, Jean et al. **Descolonização**. Ed. F. Alves. Rio de Janeiro, 1977.
- FARO, Clovis e SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **O Brasil de JK**. FGV/CPDOC. Rio de Janeiro, 1991.
- FEBVRE, Lucien. Face ao vento. Manifesto dos Anais Novos (1946). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Lucien Febvre – História**. Ed. Ática. São Paulo, s.d.
- _____. Viver a História. In: **Combates pela História**. Editorial Presença. 2ª edição. Lisboa, 1985.
- FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução: Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. Ed. Olhos d'água. São Paulo, maio/2004.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. A política da beleza – nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. In: **Diálogos Latinoamericanos**. Aarhus, Dinamarca. Universidade de Aarhus/Centro de Estudos Latinoamericanos. 1/2000.
- FONTANA, Josep. Reflexões sobre a história, do além do fim da história. In: **História: análise do passado e projeto social**. EDUSC. Bauru/SP, 1998.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1997.

- FRANCO, Maria Sylvia de C. A dominação pessoal. In: **Homens livres na ordem escravocrata**. UNESP. São Paulo, 1997.
- FURTADO, Celso. Mensagem aos jovens economistas. In: **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil – Vol. 4**. Cia das Letras. São Paulo, 1998.
- GOUBERT, Pierre. História Local. In: **História e Perspectiva**. UFU/COCHI, nº 06. Uberlândia, 1992.
- HARRIBEY, Jean-Marie. Desenvolvimento não rima necessariamente com crescimento. In: **Le Monde Diplomatique**. Edição Brasileira, ano 5, nº 54.
- HAYEK, Friedrich A. Individualismo e Coletivismo. In: CAPOVILLA, Anna Maria; STELLE, José Ítalo e RIBEIRO, Liane de Moraes (trad.) **O Caminho da Servidão**. Instituto Liberal, 5ª edição. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. Por que os piores alcançam os primeiros postos. In: CAPOVILLA, Anna Maria; STELLE, José Ítalo e RIBEIRO, Liane de Moraes (trad.) **O Caminho da Servidão**. Instituto Liberal, 5ª edição. Rio de Janeiro, 1990.
- HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric J. A era da guerra total. In: **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Cia das Letras, 2ª edição. São Paulo, 1995.
- _____. O Terceiro Mundo. In: **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Cia das Letras, 2ª edição. São Paulo, 1995.
- _____. A Revolução Francesa. In: **A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. A Revolução Industrial. In: **A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

- _____. Industrialização: A Segunda Fase (1840-1895). In: **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. O presente como história. In: **Sobre História**. Cia das Letras. São Paulo, 2000.
- _____. O sentido do passado. In: **Sobre História**. Cia das Letras. São Paulo, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Cia das Letras, 26^a edição. São Paulo, 1995.
- IANNI, Octavio. Globalização e diversidade. In: **A era do Globalismo**. Civilização Brasileira. 5^a edição. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. Trabalho e capital. In: **A era do Globalismo**. Civilização Brasileira. 5^a edição. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. A Sociologia e o mundo moderno. In: **Revista Sociologia**. USP. São Paulo, 1989.
- IM HOF, Ulrich. Os agentes do Iluminismo. In: **A Europa no século das luzes**. Editorial Presença. Lisboa, 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo. In: **Revista Brasileira de História**.
- JEINKINS, Keith. **A História Repensada**. Ed. Contexto. São Paulo, 2001.
- LANGLOIS & SEIGNOBOS. A determinação dos fatos particulares. In: **Introdução aos Estudos Históricos**.
- LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: **A História Nova**. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1990.

- LEOPOLDI, M. A. Reforma cambial num contexto de crise (I): a Instrução 113 da SUMOC. In: **Política e Interesses na Industrialização Brasileira**. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 2000.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.) **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. UNESP. São Paulo, 1992.
- LIMA, Lana Lage Gama. Fronteiras da História. In: **Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. ANPUH (Florianópolis). História: Fronteiras**. Humanitas/FFLCH/USP. São Paulo, 1999.
- LOWY, Michel. Positivismo. In: **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. Ed. Cortez. São Paulo, 1998.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura Popular: em busca de referencial conceitual. In: **Cadernos de História**. EDUFU, vol. 5, nº 05. Uberlândia, jan/dez 1994.
- _____. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: RAMOS, Rosângela Patriota e RAMOS, Alcides Freire (org.) **História Cultural: espaços plurais**. Ed. Aspectos. Uberlândia, 2002.
- _____. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. In: **História e Perspectiva**. Uberlândia; nº 04, jan/jun 1991.
- MAGNOLI, Demétrio. As origens da Guerra Fria. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. FFLCH-USP/Xamã. São Paulo, 1995.
- MARC, Ferro. Existe uma visão cinematográfica da história? In: **A história vigiada**. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1989.
- MARCUSE, Herbert. A revolução em 1969. In: **A grande recusa hoje**. Ed. Vozes. Petrópolis, 1999.

- _____. Pela frente única das esquerdas. In: **A grande recusa hoje**. Ed. Vozes. Petrópolis, 1999.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. Redescobrimdo o povo: a cultura como espaço de hegemonia. In: POLITO, Ronald e ALCIDES, Sérgio (trad.) **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. UFRJ, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2003.
- MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: **O Capital**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: **Textos**. Edições Sociais, vol.3. São Paulo, 1977.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Textos**. Edições Sociais, vol.3. São Paulo, 1977.
- _____. Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política”. In: **Textos**. Edições Sociais, vol.3. São Paulo, 1977.
- _____. Feuerbach – Oposição entre a concepção materialista e a idealista. In: **A Ideologia Alemã**. Ed. Martins Fontes. São Paulo, s.d.
- MATTOS, Marcelo Badaró (org.); MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia e FONTES, Virgínia. Pesquisa e Ensino. In: **História – Pensar e Fazer**. Laboratório Dimensões da História/UFF. Rio de Janeiro, 1998.
- MCLELLAN, David. A concepção materialista da história. In: HOBBSBAWM, Eric J. **História do Marxismo**. Ed. Paz e Terra, vol.1. Rio de Janeiro, 1984.
- MEDEIROS, E. Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade de Uberlândia – 1970-2001**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002.

- MEDEIROS, Leonilde Servalo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, J.Q.; DEL ROIO, M. **História do Marxismo no Brasil**. V. VI. Visões do Brasil.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no período 1930-1955. In: **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Ed. Graal, 2ª edição. Rio de Janeiro, 1986.
- _____. Estado e economia no período 1955-1964. In: **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Ed. Graal, 2ª edição. Rio de Janeiro, 1986.
- MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2000**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2002.
- _____. **Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em História Social, 2007.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é contracultura**. Ed. Brasiliense, 2ª edição. São Paulo, 1984.
- PETUBA, Rosângela Maria Silva. Uma cidade, muitas histórias. In: **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000)**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em História, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. Vol. 1, nº. 2, 1996.
- _____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História**. Editora da PUC-SP. São Paulo, nº 14, Fevereiro/1997.

- _____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. Editora da PUC-SP. São Paulo, nº 14, Fevereiro/1997.
- SARLO, Beatriz. Abundância e Pobreza. In: ALCIDES, Sérgio (trad.) **Cenas da Vida Pós-Moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**. UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org.) **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. UNESP. São Paulo, 1992.
- STUART, Hall. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. UFMG. Belo Horizonte, 2003.
- THOMPSON, E.P. Intervalo: a lógica histórica. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1981.
- _____. Exploração. In: **A Formação da Classe Operário Inglesa – Vol. 3**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. O poder transformador da cruz. In: **A Formação da Classe Operário Inglesa – Vol. 3**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1989.
- VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história cultural. In: **Revista História**. UNESP, vol. 15. São Paulo, 1996.
- VEYNE, Paul. Apenas uma narrativa verídica. In: **Como se escreve a História**. UNB. Brasília, 1982.
- WEBER, Max. A ascese e o espírito do capitalismo. In: **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Ed. Pioneira. São Paulo, 2001.